



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Excelência em Turismo – CET

Ylana Silva Rodrigues

**Turismo comunitário e patrimônio-territorial como resistência social em
São Sebastião – DF.**

Brasília

2020



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Excelência em Turismo – CET

Ylana Silva Rodrigues

**Turismo comunitário e patrimônio-territorial como resistência social em
São Sebastião – DF.**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller

Brasília, 2020.



Ylana Silva Rodrigues

**Turismo comunitário e patrimônio-territorial como resistência social em
São Sebastião – DF.**

Monografia apresentada ao Centro de
Excelência em Turismo da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Turismo.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – GEA/CET/UNB

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller (Co-orientador) – CET/UNB

Profa. Dra. Ilia Alvarado-Sizzo – (Avaliadora) IGG-UNAM, México

Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima – (Avaliadora) – UEG, Goiás

Profa. Mtra. Gabriela Vilela de Sousa– (Avaliadora) - Sec. Educ. Goiás-Gecipa-UnB

Brasília, 2020.

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento a Deus, pela força concedida durante esse processo chamado graduação.

Agradeço a minha mãe Vera, ao meu pai Paulo e aos meus irmãos, Nany, Leandro, Tiago e Natan, pelo companheirismo.

Agradeço ao meu cunhado War Silva, pela amizade.

Agradeço com imenso carinho aos meus amigos do turismo Bruna Roberta, Félix Sousa, Isabela Veloso, Larissa Lopes, Natália Cristina e Raissa Soares, pelos conselhos e amizade construída durante esse percurso.

Agradeço ao professor co-orientador Luiz Spiller, por sua dedicação e recomendações durante o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e também por sua co-orientação no trabalho a ser apresentado.

Agradeço ao professor orientador Everaldo Costa, por seu empenho e advertências necessárias para a conclusão desse trabalho. Sua sabedoria é admirável.

Agradeço as comunidades do Capão Comprido e Bela Vista em São Sebastião, pelo acolhimento e informações atribuídas durante a pesquisa.

Agradeço aos demais professores do Centro de Excelência em Turismo, que me desenvolveram como profissional.

Agradeço a Universidade de Brasília.

*Dos Areias dessa terra
Barro, argila, fundador
De tijolo, suor e vida
São Sebas nossa querida (BORBA, 2015,
p. 4).*

RESUMO

O trabalho busca desenvolver um quadro referencial sobre a situação urbana da cidade de São Sebastião, no Distrito Federal, identificando os elementos dinâmicos do patrimônio-territorial que relacionam em determinado fragmento do seu território os bairros do Capão Comprido e Bela Vista. De forma a captar tanto os elementos objetivos quanto subjetivos. Ao realizar uma pesquisa exploratória sobre o objeto de investigação, por meio de leitura e sistematização de referencial teórico e em documentos, buscou-se refletir e identificar o que já é existente e passível de um uso turístico e quais os limites e possibilidades para o turismo comunitário na região, a partir de um diálogo com moradores e líderes comunitários. Como resultado dessa pesquisa, foi possível compreender as necessidades dos moradores que habitam o local, e a partir deste, identificar um projeto de turismo que se constrói próximo aos bairros e que se caracteriza através de práticas culturais dos próprios moradores.

PALAVRAS CHAVES: São Sebastião – DF, Bela Vista, Capão Comprido, patrimônio-territorial, turismo comunitário.

ABSTRACT

This paper seeks to develop a reference framework on the urban situation of the city of São Sebastião, in the Federal District of Brazil, identifying the dynamic elements of the territorial heritage that relate in a certain fragment of its territory the neighborhoods of Capão Comprido and Bela Vista. In order to capture both objective and subjective elements. By conducting an exploratory research on the investigated object, through readings, systematization of theoretical reference and documents, this research sought to reflect and identify what already exists and is amenable to a tourist use, and the limits and possibilities for community tourism in the region, from a dialogue with residents and community leaders. As a result of this research, it was possible to understand the needs of the residents and from there, identify a tourism project that grows near the neighborhoods and that is characterized through the cultural practices of the residents themselves.

KEYWORDS: São Sebastião-DF, Bela Vista, Capão Comprido, territorial heritage, community tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento das Potencialidades Turísticas.....	46
Figura 2 – Olaria Vereda.....	47
Figura 3 – Casa Frida Kahlo.....	48
Figura 4 – Festival Chica de Ouro 2019.....	49
Figura 5 – Domingo no Parque.....	50
Figura 6 – Sarau das Sebastianas.....	51
Figura 7 – Praça do Reggae.....	52
Figura 8 – Bairro Bela Vista.....	59
Figura 9 – Croqui dos Bairros: Bela Vista e Capão Comprido.....	60
Figura 10 – Bairro Capão Comprido.....	62
Figura 11 - Arte Naif no local 1.....	65
Figura 12 - Arte Naif no local 2.....	66
Figura 13 - Planta de Implantação.....	67
Figura 14 – Pé de algodão.....	68
Figura 15 – Pé de Pimenta.....	68
Figura 16 – Pé de feijão.....	69
Figura 17 - Capacetes de operários de Brasília – DF.....	69
Figura 18 – Ferragens.....	70
Figura 19 – Garrafas de Vidro.....	70
Figura 20 – Antigos rolos de filmes.....	71
Figura 21 – Biscoito Porteira do Cerrado.....	72
Figura 22 – Agricultor e Presidente da associação dos produtores da região.....	73

LISTA DE SIGLAS

AMBCC - Associação dos Moradores do Capão Comprido

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

COOPAS - Cooperativa de Produtores Agrícolas de São Sebastião

DETUR - Departamento de Turismo

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

EMATER - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural

GDF - Governo do Distrito Federal

MOB - Movimento e Ocupe o seu Bairro

PDOT/DF - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

RA - Região Administrativa

SIMPRO DF - Sindicato de Professores do Distrito Federal

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE IMAGENS	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	11
JUSTIFICATIVA	13
OBJETIVOS.....	14
Objetivo geral	14
Objetivos específicos	14
METODOLOGIA.....	15
1. SÃO SEBASTIÃO: COFIGURAÇÃO E PATRIMÔNIO TERRITORIAL DESDE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA – DF.....	17
1.1. O uso do território e a configuração territorial de São Sebastião – DF.....	21
1.2 Território de resistência e o patrimônio-territorial.....	26
1.3 O turismo comunitário fundamentado no patrimônio-territorial.....	31
2. O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E O TURISMO COMUNITÁRIO EM SÃO SEBASTIÃO – DF.....	37
2.1 As políticas públicas de turismo no DF e a relação com a memória da cidade	41
2.2 Práticas culturais existentes na cidade: o patrimônio-territorial	45
3 OS BAIROS, SUAS PROBLEMÁTICAS E POTENCIAIS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO	55
3.1 Os bairros: Bela Vista e Capão Comprido.....	58
3.2 Patrimônio-territorial: O projeto em construção Barthô-Naif	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz em seu conteúdo uma reflexão a partir da observação do patrimônio-territorial da cidade de São Sebastião no Distrito Federal. A cidade possui de um histórico de resistência urbana-rural, iniciado pela construção de Olarias, local de produção dos tijolos que construíram boa parte da capital de Brasília no Distrito Federal. Com isso, a Agrovila São Sebastião, inicialmente conhecida assim, se tornou cidade após passar por períodos de intensas ocupações territoriais.

Além das Olarias, a cidade foi sendo transformada e liderada por diversas comunidades que carregam consigo um pouco da história do território. A cultura é expressa em eventos, alimentos, casas e escolas. Apesar disso a resistência territorial ainda persiste em alguns bairros mais distantes do centro de São Sebastião.

A proposta desta pesquisa é a de desenvolver um quadro referencial da situação territorial dos bairros do Capão Comprido em contraste com o bairro Bela Vista, contíguo a este, onde, naquele primeiro, há uma resistência. A comunidade que o ocupa, vivencia diariamente a ausência dada pela falta de serviços básicos.

Partindo da visão de Costa (2017, p. 66) onde o espaço social se constrói na presença de seus sujeitos e bens culturais existentes em territórios de exceção¹, no presente trabalho foi realizado através do método de observação e o exercício de diálogo com moradores e líderes das comunidades dos bairros, a fim de compreender a situação em que vivem, identificando as seguintes questões: há quanto tempo o morador vive na região; o que supõe que deveria ser melhorado na mesma; se há algum projeto de lazer para a comunidade e se sim, qual corresponde; de acordo com a visão do morador, quais barreiras/limites que dificultam a inserção de um turismo local. Não contendo a identificação ou exposição dos moradores locais por se tratar de territórios que ainda não possuem regularização.

¹ A exceção territorial se faz no sentido de uma recíproca determinação entre ausências (do Estado, do mercado, das instituições, das organizações etc.) e presenças (do sujeito localizado com seus bens culturais, que vão do artesanato às festas populares, da culinária ao patrimônio edificado -ou ruínas- periférico, de capelas rurais às formas de produção no campo etc., todos dentro ou fora dos perímetros urbanos) (COSTA, 2017, p. 66).

O primeiro capítulo traz em seu conteúdo uma contextualização, dialogando com o primeiro objetivo e com o método de pesquisa exploratória, se elabora um histórico da cidade de São Sebastião, sua construção e configuração territorial desde a criação de Brasília. Abrangendo também definições sobre o território de resistência; patrimônio territorial e o turismo comunitário.

O segundo capítulo contém a abordagem de referenciais teóricos, através do método de coleta de dados e se tratando ainda do primeiro objetivo de contextualização, abrange o patrimônio-territorial e o turismo comunitário em São Sebastião apresentando políticas de turismo no Distrito Federal; a memória da cidade e as práticas culturais existentes em São Sebastião.

O terceiro e último capítulo aborda a caracterização dos Bairros Bela Vista e Capão Comprido, dialogando com o segundo e o terceiro objetivo expõe a compreensão dos bairros e se investiga as possibilidades de um turismo comunitário. Desenvolve-se aqui a metodologia de pesquisa qualitativa na observação dos bairros e nos diálogos com moradores e líderes comunitários, tendo como resultado o projeto em construção: Barthô-Naif.

Portanto, nesta pesquisa se aplica o estudo da resistência e do patrimônio-territorial urbano-rural; o turismo comunitário como fenômeno de desenvolvimento local; e por fim, os limites e potenciais existentes para um turismo de base comunitária na região.

JUSTIFICATIVA

Para que ocorra o turismo ou turismo comunitário em um determinado local, busca-se considerar as estruturas e superestruturas dessa região. Além disso, o entendimento da cidade partindo do processo de ordenamento urbano e os modos de vida existentes, são de fundamental importância na inserção desse turismo.

A cidade é formada por fluxos, de pessoas e atividades, nesse sentido, para que se estabeleça uma análise mais profunda sobre a cidade, Wilhelm (1976, p. 70), apresenta que a formação de um quadro referencial possibilita uma base para a observação geral e específica da cidade, que não pode se restringir apenas à cronologia dos fatos, sendo preciso livrar-se dos pontos cegos, formados pela exagerada impessoalidade ou atribuição de visões próprias do observador, para que seja possível captar os motivadores emocionais.

Partindo do histórico de como se formou a cidade de São Sebastião, no Distrito Federal e dos documentos do governo como, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/DF (DISTRITO FEDERAL, 2018), a cidade possui diversas áreas que não contam ainda com a regularização fundiária.

Assim, nota-se que algumas comunidades da cidade de São Sebastião, não possuem qualidade de vida, quando nos referimos ao restante da cidade.

Os bairros da Bela Vista e Capão Comprido em São Sebastião no Distrito federal, são compostos por moradores que passam por dificuldades diariamente, dada a realidade da situação das infraestruturas dos bairros. O que resultou num território negligenciado por instituições públicas e privadas, trazendo à tona um imaginário de lugar marginalizado.

Costa e Peluso (2016, p.32), apresentam que é nesses territórios de “marginalização” que se encontra o verdadeiro valor dos sentidos sociais é na precariedade urbana que ocorre a gestão do território, a manifestação por direitos, o que resultou na construção de ações sociais partilhadas, que se torna necessário uma “profunda reforma social.

Portanto, vislumbra-se a possibilidade do potencial do turismo comunitário que se apresenta nesses territórios, como forma de resistência social, identificando e catalogando suas formas de vida, no lazer, na alimentação e na educação, o que resulta no patrimônio-territorial.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar os limites e as possibilidades do desenvolvimento turístico comunitário em São Sebastião, DF.

Objetivos Específicos

- Descrever a condição de patrimônio-territorial de São Sebastião desde o contexto da criação de Brasília;
- Identificar e compreender o contexto de problemáticas infraestruturais existentes no território dos bairros da Bela Vista e Capão Comprido em São Sebastião – DF
- Investigar as possibilidades do desenvolvimento do turismo comunitário da cidade, à luz do conceito de patrimônio-territorial.

METODOLOGIA

O presente trabalho apresentou como procedimentos metodológicos uma pesquisa exploratória, resumida no quadro 1, que consiste em primeiro lugar, buscou a compreensão da cidade de São Sebastião desde a configuração de Brasília do Distrito Federal, por meio da elaboração de um histórico urbano baseado em documentos bibliográficos e eletrônicos, que se relacionam a temática apresentada neste projeto, do turismo comunitário e do planejamento, que permitam aprofundar um referencial teórico.

Posteriormente buscou-se, através de coleta de dados de marcos legais da cidade de São Sebastião complementar os aspectos históricos em busca do cenário atual, a fim da identificação das caracterizações como as informações de identificação de problemas e limitações existentes da política urbana do Distrito Federal em São Sebastião.

Por fim, foi elaborado uma pesquisa em campo, nos Bairros da Bela Vista e Capão Comprido de São Sebastião, através da observação e diálogo com moradores. Nessa etapa, buscou-se desenvolver o entendimento da realidade do território bem como as necessidades habitacionais explicitados por alguns moradores e a identificação das possibilidades e potenciais existentes de turismo comunitário partindo de seu patrimônio-territorial.

Quadro 1 – Atividades e etapas da construção da pesquisa

Etapa	Descrição
Pesquisa Exploratória (Bibliográfica e eletrônica)	Tem por finalidade a compreensão da cidade de São Sebastião-DF, construindo uma visão política e sensibilizada a partir do entendimento do processo de moradia nas periferias do Distrito Federal, em específico nas comunidades da Bela Vista e Capão Comprido e a Verificação do potencial para um possível turismo comunitário, fator que pode representar um diferencial local, visando a qualidade de vida dos habitantes.
Coleta de dados e Pesquisa em Campo	Foi desenvolvida uma coleta de dados que parte da base de dados de documentos governamentais se tratando do histórico cidade de São Sebastião; O turismo já existente na cidade tendo como resultado o Mapeamento do Sebas Turística de Aline Dias; A aplicação de um diálogo aberto com moradores e líder comunitário a fim de identificar suas necessidades habitacionais; e pôr fim a identificação do Projeto Bartô

	Naif que traz uma possibilidade potencial de turismo comunitário para os bairros mais próximos.
--	---

1. SÃO SEBASTIÃO: CONFIGURAÇÃO E PATRIMÔNIO TERRITORIAL DESDE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA - DF

O conhecimento geral sobre Brasília, é o de que a capital do Brasil ou cidade planejada, foi construída a partir de ideais e do planejamento político. Inicialmente, de acordo com o Governo do Distrito Federal (2017, p. 32), Brasília foi projetada para abrigar de 500 a 700 mil pessoas e caso esse número aumentasse, seriam construídas as chamadas cidades satélites. No cenário dessa época de grandes personagens da política brasileira, surgiu o candango, termo dado a quem vive em Brasília, mas não nasceu na cidade. Era como denominavam os trabalhadores que participaram da construção de Brasília. Em busca da compreensão dessa memória por meio do território, Costa e Peluso (2013, p. 6) apresentam um diálogo sobre a vivência de candangos durante a construção da cidade central, em que se destaca, a memória candanga como resistência que materializa Brasília, partindo do modo que se formou o território urbano. A luta por lugar, manifesta-se nas chamadas invasões, que foram se concretizando nos arredores após a remoção desses trabalhadores - ação determinada pelo governo Juscelino Kubitschek.

O crescimento de Brasília foi superior ao planejado no período de construção, devido a migração de muitos brasileiros em busca de trabalho. Os candangos moraram em assentamentos provisórios, nos arredores do marco central de implantação da cidade e em territórios que se tornaram as cidades satélites, atualmente conhecidas como Regiões Administrativas. Remanescente do período de tais ocupações, surgiu a Região Administrativa de São Sebastião cujo nome é em homenagem a um dos primeiros comerciantes a chegar na cidade², “Seu Sebastião”. De acordo com o documento do GDF (2018, p. 10), a cidade está situada na área Leste do Distrito Federal, a 26km da Zona Central do Plano Piloto de Brasília na Unidade de Planejamento Territorial (UPT) VI, a qual contempla também as regiões administrativas do Paranoá (RA VII), Jardim Botânico (RA XXVII) e Itapoã (RA XXVIII).

Segundo o GDF (2018, p. 9), a configuração do território de São Sebastião continha as terras das fazendas Papuda, Taboquinha e Cachoerinha, que foram desapropriadas para diferentes fins, entre eles, a instalação de olarias que supriu parte da demanda por materiais de construção civil, no levantamento da capital no ano de 1957. A agrovila São Sebastião surgiu próximo ao córrego da Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda, o preço baixo da

² Embora nos documentos governamentais São Sebastião seja caracterizado como Região Administrativa, o termo “cidade” é o mais utilizado por seus habitantes. Portanto, neste trabalho será também descrito como cidade.

terra, a falta de regularidade do solo e a proximidade da capital Brasília aceleraram o crescimento do vilarejo logo ocupado, foi sendo ocupada e transformado o seu território, atingindo o número de 100.161 habitantes de acordo com os dados expostos no documento do Governo do Distrito Federal (2016, p. 14).

Segundo o Art. 1º da lei 467/93 (Distrito Federal, 1993), somente em 25 de junho de 1993 a Agrovila São Sebastião passou a ser reconhecida como Região Administrativa de São Sebastião. De acordo com o documento de Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do GDF (2018, p.10), a partir desse momento, o controle sobre o uso desse território se intensificou, foi quando surgiram então projetos de habitação de interesse social, determinados pelo Governo do Distrito Federal nas áreas dos bairros: Residencial Oeste; Residencial do Bosque; Bairro Centro; São Francisco; São José; Vila Nova; Tradicional Central; Parque; Condomínio Privê; Residencial Mônaco e Bom Sucesso. Todavia, a cidade também é composta por bairros que se encontram irregulares, são os bairros: Morro da Cruz; Residencial Vitória; Zumbi dos Palmares; Capão Comprido.

Convém lembrar que Brasília é uma cidade que surgiu de um planejamento de Lucio Costa junto ao plano de Juscelino Kubitschek, fruto dos princípios da arquitetura modernista e dos processos de urbanização, que posteriormente apresentou a “periferização” a brasileiros que vieram vislumbrados pela promessa de direito à cidade. O presidente da época, Juscelino Kubitschek, trouxe em seus projetos a transferência da Capital para o interior do país. Segundo Catalão (2006, p. 59):

Brasília seria o centro do país, não no sentido geométrico, mas numa amplitude social e espacial que inclui as estruturas econômica, política, cultural e territorial. Além de ser o ponto articulador do país, que ligaria as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste entre si e com as demais regiões e proporcionaria a interiorização das ocupações humanas, Brasília seria um centro decisional.

Em virtude do que foi mencionado pelo autor, a centralidade de Brasília, visava àqueles que possuíam poderes políticos. Por outro lado, a distribuição da maior parte de sua população, se submeteu a um padrão de “desconcentração-concentrado” nas cidades satélites. De acordo com Paviani (2005, p. 67) a economia girava em torno da capital. Nessa concepção, a cidade estava restrita ao seu plano original e as forças políticas não desejavam periferias às bordas da cidade centro e de sua arquitetura modernista.

Hoje, é possível perceber que as ações governamentais que tinham como objetivo, impedir que Brasília se ampliasse além do centro, não foram realizadas, as Regiões Administrativas passaram a receber políticas de habitação, após as ocupações se tornarem cada vez mais intensas. Brasília, continua a ser o centro de encontros de classes, ao passo que a maior parte da população das Regiões Administrativas, se deslocam até o centro para trabalho, educação, saúde ou lazer.

Se tratando de territórios construídos através de ocupações, essas áreas fazem parte de um “processo social contraditório” em que se destaca a desigualdade visível em comparação a cidades planejadas, como Brasília: “A modernização, enquanto processo social contraditório, desenvolve-se desigualmente no território, prescreve geografias regionais díspares” (COSTA e STEINKE, 2014, p.8).

Com relação a área de estudo, as diferenças existentes fazem desses territórios um lugar de luta contínua nas formas de trabalho, lazer e deslocamentos, comparado ao restante da cidade de São Sebastião e seus bairros planejados. Para os autores, esse progresso territorial caracteriza as formas de vivência em suas expressões materiais. Essas geografias regionais distintas, mostram que os processos de migração nesses territórios, afetam os modos de vida dos residentes, o que potencializa a modernização:

A industrialização, que faz do conhecimento científico tecnologia, que cria, destrói e recria novos ambientes e coisas, as correntes migratórias, em processos de desterritorialização e reterritorialização de sujeitos e grupos, o crescimento urbano acelerado, o poder dos Estados nacionais contemporâneos que, variavelmente, se exacerba ou se retrai, fazem-se expressões potenciais da modernização (COSTA e STEINKE, 2014, p. 8).

Como apontam os autores, o processo urbano e seus impactos sempre foram de grande interesse das cidades centrais, o território encontra-se em um permanente processo de reconstrução, da dinâmica social e econômica na qual estão inseridos.

A noção de território pode ser definida através da conotação material e simbólica que carrega, que expressa uma dominação, ou maneira dele apropriar-se:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra,

ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (HAESBAERT 2007, p. 20).

Território é pertinente a poder, diz respeito ao poder dos símbolos e matérias, trazem valor ao significado da apropriação territorial, caracterizado em vivência, uso, e está vinculado ao valor de troca. Território é um espaço em processo de apropriação manipulado por agentes. Portanto, território é lugar de troca, de luta e de resistência, como afirma Haesbaert (2007, p. 22):

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe).

De acordo com o site³ do Governo do Distrito Federal, o DF é formado por trinta e três Regiões Administrativas. Segundo Costa e Peluso (2016, p. 3) esse recorte possibilita compreender um imaginário reflexo da situação territorial vulnerável urbana, visível nas diversas vivências populares e em dados oficiais. Em face da realidade territorial de São Sebastião, quando os poderes da centralidade urbana geraram políticas públicas visando empreendimentos imobiliários, crescimento populacional e de habitação em Brasília, por outro lado, resultou no abandono, submetendo multidões a territórios vulneráveis:

Recusavam-se as "multidões" que "invadiam" o espaço-modelo e nele pretendiam se alojar. As multidões, porém, almejavam moradia como forma de se tornarem sujeitos inseridos neste novo "mundo urbano"; testemunho disso foi a fragmentação territorial da cidade unitária para abrigar a classe trabalhadora que deveria regressar às suas terras de origem (COSTA e PELUSO, 2016, p.31).

O abandono se refere a vulnerabilidade territorial, que parte de uma negligência política para com o grupo de pioneiros, durante a construção de Brasília. As novas regiões criadas para atender a esse grupo, são territórios negligenciados e vistos como lugar de marginalização.

³ Número de Regiões Administrativas no Distrito Federal:
<<http://www.cidades.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>> Disponível em 5 de maio de 2020.

Porém, de acordo com os autores Costa e Peluso (2016, p.32), nesse mesmo território, se encontra o verdadeiro valor dos sentidos sociais, é na precariedade urbana que ocorre a gestão do território, a manifestação por direitos, o que resulta na construção de ações sociais partilhadas, em passo primordial a uma “profunda reforma social”.

1.1 O uso do território e a configuração territorial de São Sebastião – DF.

Seguindo a mesma linha de raciocínio sobre território e vulnerabilidade, a cidade de São Sebastião baseou-se no sonho de pioneiros que ocuparam a cidade durante a construção de Brasília. A cidade foi sendo conquistada partindo de um longo caminho de luta, o que até a atualidade serve de incentivo à população que trabalhava em busca de melhorias para a cidade e seus habitantes.

Como apresentado no início do capítulo, a existência de São Sebastião partiu da ativação de olarias que processaram boa parte dos materiais que ergueram Brasília. Após a desativação das mesmas, o planejamento urbano dessa cidade foi descartado: “Desconsiderou o exuberante potencial cênico e ambiental existente. O resultado disso foi uma estrutura urbana desprovida da qualificação tradicional de cidade”. (ARAÚJO, 2009, p. 7). Após a construção de Brasília, o abandono residiu nesse território, exposto na ausência de políticas públicas urbanas destinadas a área de São Sebastião, o que intensificou mais ainda as ocupações e as lutas pelo direito à cidade. Posteriormente, de acordo com a autora, trouxe à tona resultados negativos: “A carência de áreas destinadas a equipamentos públicos urbanos e comunitários, pouca oferta de áreas de lazer, baixa quantidade de áreas livres verdes no perímetro urbano entre outros” (ARAÚJO, 2009, p. 7).

O conceito de planejamento territorial urbano se encontra no Estatuto da Cidade Art. 2º da lei nº 10.257 (Brasil, 2001), onde se explicita a definição de ocupação de território e o uso desse espaço. Em suas diretrizes, a lei estabelece a preocupação e controle do solo por meio do desenvolvimento sustentável para a população:

Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (...).

O Estatuto da Cidade traz a compreensão expressa na lei sobre a importância da integração entre as atividades urbanas. Por outro lado, a mesma poderia ser positiva para a cidade de São Sebastião, caso na época já houvesse a existência do estatuto em 1993. De acordo com Araújo (2009, p. 16), o estatuto poderia estabelecer uma grande mudança no quadro de desigualdade, exclusão e segregação e nas lutas da população de São Sebastião – DF.

Em vista da situação, com relação ao Estatuto da Cidade Lei nº 10.257 (Brasil, 2001) o planejamento de cidades envolve serviços básicos de habitação, condições que gerem qualidade de vida para a população, o que resultaria no melhor funcionamento da cidade. Porém, em virtude do cenário atual, e partindo do histórico de São Sebastião (PDAD, 2016, p. 14), o aumento da população em áreas urbanas impróprias, gerada pela necessidade de moradia, tem criado situações que implicam no futuro das mesmas.

De acordo com a Regularização Fundiária Urbana Art. 10 da lei nº 13.465 (Brasil, 2017), seu conceito reside no entendimento da ocupação do solo em território irregular, a lei, em suposição, trata-se do acolhimento ao ocupante, prevendo o bem-estar da população e a consensualidade entre o Estado e sociedade:

Identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior; criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes; ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados; promover a integração social e a geração de emprego e renda; estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade; garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; garantir a efetivação da função social da propriedade; ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes [...].

Levando-se em consideração os aspectos práticos, segundo Araújo (2009, p.16), em São Sebastião os planos diretores não reconheciam as áreas irregulares, pois na década de 1990 era determinada a política de remoção de “invasões”. Após o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), houve algumas conquistas que foram importantes para a inclusão dessas áreas irregulares ao planejamento urbano, como a possibilidade de regularização. Porém, a cidade de São Sebastião não recebeu muita atenção do Governo do Distrito Federal, por conta do crescimento da

população local. Segundo Araújo (2009, p.17), no território do Distrito Federal há muitos processos de parcelamentos urbanos e rurais formais/ informais que se encontram em curso de aprovação, caso também, o território de São Sebastião.

Dito isso, muito se debate sobre o espaço urbano, o assunto abrange uma complexidade existente nas cidades que crescem constantemente e a habitação se destaca como objeto de problemáticas envolvendo o estado, mercado imobiliário e a população. Esse conjunto complexo abrange o território e suas definições. A análise da situação urbana de um fragmento do território da RA de São Sebastião é o exercício que, segundo Wilhelm (1976, p.70), permite identificar os elementos dinâmicos que lhe dão vida, e que expressam no tempo presente uma determinada configuração territorial.

Para além dessa configuração, existe a sua própria evolução, tendo em vista que sua análise requer reconhecer que existe o movimento permanente da sua construção, ou seja, sua transformação sucessiva ao longo do tempo. De acordo com Santos (1985, p. 16):

O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.), levam as mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal”, das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução. Num caso como no outro o movimento de mudança se deve a modificações nos modos de produção concretos.

Para este mesmo autor, a estrutura espacial das cidades, seu desenvolvimento e os elementos que a constituem, interagem na sua própria transformação, seja na estrutura de produção, de renda, de consumo ou de classes. As transformações nas ocupações do território do Distrito Federal, assim como em toda a cidade de São Sebastião, bem como nas demais Regiões Administrativas, totalizam, historicamente, as diversas funções realizadas pela sociedade (grupos sociais), sua história e a realidade de todo esse conjunto. Um processo contínuo que resulta em diferentes identidades do/no território.

Entre os elementos dinâmicos nas Regiões Administrativas existem aqueles de carência, que levam a adaptação das formas de vivência, dos costumes. Além disso, existe o movimento de resistência às precárias condições de vida das comunidades, que ao mesmo tempo as fortalecem. Não raro, o funcionamento e necessidades das cidades se expressam nas relações

de poder, nas diferenças sociais, nas arquiteturas, no cidadão, na divisão do trabalho e nos conflitos.

O uso do território de áreas de ocupação em São Sebastião, compromete a vida de seus habitantes, com o crescimento desordenado, a violência e problemas urbanos como a falta de saneamento básico e infraestrutura de equipamentos. O que resulta na ausência da qualidade de vida da população de São Sebastião.

Todavia, em São Sebastião, existe singularidade, para além das vulnerabilidades, expressas em movimentos sociais, e particularidades que dão à comunidade um caráter próprio. Pessoas que ocupam esse espaço, possuem suas tradições reveladas a partir de sua vivência como moradores. Nesse “contraponto”, reside, generalizando a reflexão, o potencial do qual se utilizam as intenções e ações para com o turismo comunitário. De acordo com Wilhem (1976, p.70), na vida urbana, os elementos significativos estão relacionados a elementos dinâmicos de vivências, associa-se às escolas, supermercados, cinemas entre outros, os compartilhamentos do mesmo, entre a população, afirmam que a vida urbana não se limita a unidades de vizinhança. Portanto, o território é significativo, pois relata elementos que constroem a vida na cidade, presente nas reivindicações por serviços.

Para Santos *et al* (2000, p. 10-11), o espaço geográfico é um território usado, parte de um processo histórico de totalidade das ações humanas, composto por instituições, empresas que independe de seus níveis de força e poder. Os autores também refletem sobre o território totalizado em análise de uma realidade social, na compreensão de objetos e ações na cidade, em que o território se caracteriza como ator e a sociedade como objeto de ação.

Em razão disso, no território de São Sebastião, sua compreensão parte de ações humanas, desde as Olarias, políticas de habitação e ações culturais. Todas essas manifestações, dão lugar ao conceito de resistência. Nesse sentido, no território, essa resistência se apresenta nas ações humanas, espacializadas. De acordo com Costa (2016, p. 9), há uma utopia e, uma ideologia, que justifica a história do poder e do saber no patrimônio-territorial, quando ocorre uma quebra dessa mesma ideologia, nota-se um novo olhar sobre o território, o que estimula a resistência. Para o resgate da resistência material e imaterial, o autor destaca símbolos que geralmente são alvos de preconceitos e opressões no território, quando relacionado às áreas político-culturais e econômica. A criação de roteiros em assentamentos; museus temáticos em bairros; restaurantes que contam a história da alimentação local; artes locais; espaços de lazer,

entre outros, são resultantes da resistência no território, o que significa o caminho para a apropriação da memória; a essas reminiscências territoriais (e muitas outras) Costa (2016, p. 10) define como patrimônio-territorial.

Quando falamos em patrimônio, entramos em uma dimensão da cultura que envolve preservação, ou reconhecimento público do patrimônio histórico, como um conjunto de significados que se relacionam, do material ao imaterial. Todos os signos têm dimensão simbólica que apresenta autonomia, e estão presentes nas maneiras de representar um determinado lugar e sua história.

A função do patrimônio, é motivada pelo interesse em ampliar o repertório de bens ou de coisas, ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz com que sejam merecedores de proteção, por parte do poder público. Por outro lado, as políticas de patrimônio são conservadoras e elitistas, demonstram valores e apresentam privilégios, em sua maior parte, quando se refere a grupos sociais de tradição europeia. Pode-se mencionar, que essa falta de registros não transparece o passado, como ele realmente foi, Fonseca (2003, p. 56-57), traz um exemplo da Praça XV no Rio de Janeiro, a praça retrata a história de colonizadores europeus, porém, naquele mesmo lugar, era onde viviam mercadores e escravos, entre outros que circulavam por ali.

Portanto, a autora destaca que a elaboração e aplicação de tombamentos, não são suficientes para assegurar, que um bem venha cumprir a função de patrimônio cultural. É necessário que o tema em questão tenha mais visibilidade. Outro exemplo da autora, são as feiras e mercados no Brasil, manifestações da cultura brasileira, que confirmam que o patrimônio caminha junto a cidade, e suas características históricas são reais e existente nas memórias sociais.

De acordo com Costa (2016, p.10), o utopismo do patrimônio-territorial, se apresenta como uma estratégia de recuperação, de todas ações realizadas em prol do sujeito localizado. O autor reflete sobre a resistência à colonialidade, em que se refere, enaltece os valores de grupos geralmente vistos como “bárbaros” ou “incapazes”. Esse utopismo patrimonial, identifica o patrimônio como resumo da totalidade social, na busca de alternativas à preservação do mesmo. Em seu texto, Costa (2016, p.11), relata que a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), quando efetua serviços de registro de patrimônios na América Latina, apresenta o capitalismo universal, envolvendo “disputas e poderes”, que

atende somente a desejos particulares. Por outro lado, exclui o valor patrimonial existente em locais resistentes ao sistema capitalista.

A assimilação eurocêntrica absoluta do *todo* limita o pensamento e distorce o entendimento de que problemas espaciais correspondem à ganância antiética e imoral, das relações sociais globais às locais. Essas ideologias e práticas de poder resultam nas contingências da urbanização latino-americana, que afetam centenas de milhares de pessoas e podem ser minimizadas com desenhos econômicos alternativos nas microsociedades locais, a modificar e a participar de programações instituídas, estrategicamente, pelo Estado-mercado (COSTA, 2016, p. 13).

O autor relata ainda, um desafio de estabelecer roteiros patrimoniais utópicos, com o objetivo de reafirmar a existência periférica, em que o imaginário capitalista e a realidade popular, herança da colonialidade do poder, possam colidir. Com isso, o autor justifica, que assim, caberá uma redefinição teórica e prática do patrimônio, superando aquela visão elitista e preservacionista, integrando pessoas e lugares segregados a essa nova produção do sistema econômico urbano:

Bens de setores chancelados e das periferias herdadas, com marcante tradicionalismo, podem ser mapeados em um roteiro cultural urbanorural [capelas rurais ou de antigos povoados, sítios urbanos e rurais, formas de produção rural, festas rurais etc., todos dentro ou fora dos perímetros urbanos e conectados aos atrativos já internacionalizados] (COSTA, 2016. p. 13-14).

Entende-se que o patrimônio, é representado também nas periferias, lugares que carregam grande história de luta e potencial social. Por outro lado, essas comunidades carecem do investimento público para preservação e mapeamento. Portanto, como aponta Costa (2016, p.16), para isso, é necessário a identificação de empreendedores locais; o diálogo com a comunidade; a busca de apoio de instituições de cultura e ensino, junto a administração, além disso, é essencial catalogar/cartografar o potencial existente no local, com protagonismo dos sujeitos localizados.

1.2 Território de resistência e o patrimônio-territorial

É de conhecimento geral que, resistência vem do ato ou efeito de resistir. Considerar um território como território de resistência, implica na compreensão da atividade artística, de afeto, de trabalho e de produção. O território se apresenta como patrimônio nas cidades, na medida em que a partir de um determinado local, e suas gentes, pode se valorar as ações, saberes

e vivências sociais que compõem a dinâmica urbana, também no que consiste à identidade cultural. De acordo com Costa (2017, p. 60), o patrimônio-territorial se caracteriza através dos seguintes elementos dinâmicos:

Assentamentos (precários ou não) originados do processo migratório rural-urbano, modos de vida enraizados (no campo e nas cidades), padrões alimentares locais ou regionais tradicionais, festas sagradas e profanas, ruínas ou antigos edifícios de indústrias e sedes de fazendas, capelas rurais ou de bairros periféricos urbanos, saberes-fazeres do trabalho histórico de grupos subalternizados são memórias espaciais da colonialidade do poder nas periferias da América Latina.

De certo, as regiões periféricas guardam uma luta diária de resistência, por possuírem em sua maior escala, a predominância de artes urbanas ou rurais em seus modos de vivências. Além disso, resistem a processos de remoção de suas casas. Esse processo, se dá, muitas vezes, para construção de grandes empresas, eventos, ou para “sumir” com as classes mais baixas da cidade.

A compreensão do processo de segregação socioespacial e as resistências diante dela tornam-se uma estratégia no plano do pensamento e uma ação prática na busca pelo direito à cidade. Direito entendido para além do acesso aos bens e equipamentos. Mas fundamentalmente, entendido como direito à centralidade urbana, à apropriação do espaço. Enfim, torna-se a luta pelo direito ao uso em sua plenitude. (RIBEIRO, 2012, p. 21).

A autora traz uma análise aprofundada sobre a luta de resistências no Brasil, tanto no campo, como na cidade, seguido de um olhar sensibilizado sobre o processo exploratório de território e o direito à terra. A respeito da permanência em moradias precárias e em locais onde não haja infraestrutura, o processo de apropriação do espaço no uso cotidiano, nas práticas sociais e no conflito pela moradia urbana, já se considera um ato de resistência. De acordo com Ribeiro (2012, p. 5), morar se posiciona como o primeiro momento de luta de resistência, quando se reflete as necessidades do ser humano em habitar um local, esse processo de segregação socioespacial, historicamente construído nas cidades do Brasil.

O território de São Sebastião no Distrito Federal, passa frequentemente por discussões políticas de habitação. Territórios de resistência, geralmente não são vistos pelo mercado imobiliário até que incorporado aos ciclos de valorização da terra, quando um povo o habita, esses lugares recebem exigências políticas para ficarem vazios.

Para Costa e Moesch (2017, p. 1), território é um fato, processo e concreto, com capacidade de possibilitar a reprodução das vidas e da existência, considera-se um fenômeno por estar em constante transformação e ressignificação social.

Aos que habitam em territórios que necessitam de uma regularização, passam diariamente por uma transgressão, onde se torna necessário superar situações de ausência consentida do Estado para com serviços básicos, tais como saneamento, luz elétrica, transporte público, entre outros. Além disso, é preciso lidar com preconceitos e estigmas sociais, que eventualmente associam áreas periféricas à criminalidade. Por essa razão, a transformação e ressignificação do território de São Sebastião, justifica-se nas ações de luta, resultante da resistência vivenciada por seus habitantes, desde a configuração de Brasília.

Ao refletir sobre o conceito de resistência, Lima (2017, p.188) dispõe em sua analogia uma característica do sentido de lugar, tratando-se da resistência de patrimônio em uma perspectiva geográfica. Aborda patrimônios esquecidos e as memórias invisíveis dão forma ao texto que se trata do patrimônio existente no estado de Goiás. A autora revela que essa resistência se relaciona com o abandono e com a falta de sensibilização com o lugar:

O ritmo da vida revela-se como um fator basilar na experiência da cidade, algo que está atrelado aos valores da sociedade. O abandono do patrimônio não é provocado pela negação de seu valor, ao contrário do que reza o senso comum, mas à sobreposição de outros valores. É reflexo de uma postura sem muito envolvimento emocional com o lugar, da impossibilidade de contemplação imposta pela aceleração do tempo nas atuais relações capitalistas de produção (LIMA, 2017, p. 188).

Levando-se em consideração os aspectos apresentados no capítulo anterior, a formação de cidades como São Sebastião, está inteiramente marcada por disputas relacionadas ao uso do solo, o que traz significado ao território legal e ao território ilegal, ou, território de riqueza e de pobreza. Essa configuração territorial compreende uma apropriação desigual de produtos do desenvolvimento capitalista. Se tratando de cidades e da sensibilidade com território, a produção e relação social na cidade, é uma reprodução de seres humanos e não uma produção de objetos: “A cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados, que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 2001, p.52). Portanto, compreende-se, que as lutas no território, composta por meios de produção, relações sociais e ressignificação do espaço, necessária para populações esquecidas por um sistema capitalista, fazem desse território, uma obra de arte.

A memória é um termo que dá significado ao armazenamento, recordação, lembrança, e preservação de um passado, seja ela, material ou imaterial, de qualquer forma, se torna relevante para o território de resistência, pois se relaciona aos atos de experiências vivenciadas no território. A cidade passa por diversas transformações territoriais, ano após ano, essas transformações, tornam-se memórias.

De acordo com Lima (2017, p. 88), no Estado de Goiás, a expressão poética cresceu vindo de uma percepção de comunidade, o que apontou o valor da história do lugar. Os moradores veem como alternativa, construírem uma relação de afetividade com o local que habitam, desenvolvem então, práticas culturais que darão sentido aquele território.

Em São Sebastião, a expressão poética está presente no território, um exemplo disso é o livro⁴ *Fora da Ordem*, criado pelo poeta Vinícius Borba, morador da cidade. De acordo com o site⁵ do autor, o poeta visita todas as periferias do Distrito Federal, organizando saraus, recitando seus poemas se tratando dos setores políticos da sociedade, e claro, de “São Sebas”:

Agrovila, quebrada nossa,
Trajetória
Nossa história rima em versos
Resistência, tuas ruas
Tuas noites de sarau
Lua ao alto desse morro
Gameleira e Olaria
E eu subia, eu subia
Parecia que era o céu
Era córgo, bosque, mata
Era um povo lutador
Quebrada nossa, trajetória
Sempre mais com muito amor (...)
Essa quebra que resiste
Esse povo lutador,
Que lutou independência
Que constrói a capital
Dos Areias dessa terra
Barro, argila, fundador
De tijolo, suor e vida
São Sebas nossa querida (BORBA, 2015, p. 4).

Percebe-se que o passado vivenciado por esse grupo, faz parte de uma vida repleta de conflitos habitacionais, esses conflitos geram a resistência no território, criando assim, meios

⁴ Livro *Fora da Ordem*: <https://issuu.com/viniciusborba0/docs/fora_da_ordem_hiper_poemas_de_vinic> Disponível em 14 de março de 2020.

⁵ Blog de Vinícius Borba: <<http://viniciusborbablog.blogspot.com/>> Disponível em 14 de março de 2020.

que possam amenizar e dar um novo sentido ao lugar. Não só a poesia, mas a culinária, a pintura, a arquitetura, a roupa, a dança, o teatro entre tantos outros, estão englobados no sentido de resistência. O que diz respeito, a identidade territorial e mesmo em signos de um patrimônio territorial.

O patrimônio-territorial é um elemento de resistência e mobilização popular de semelhança nas periferias latinas, quando discutido em políticas públicas pelas chamadas classes dominantes, tendem a marginalização, impedindo, entre outros aspectos, de ter acesso a serviços básicos. Assim, esses “territórios de exceção”⁶, como argumenta Costa (2017, p. 66), guardam características que constroem o espaço social:

A exceção territorial se faz no sentido de uma recíproca determinação entre ausências (do Estado, do mercado, das instituições, das organizações etc.) e presenças (do sujeito localizado com seus bens culturais, que vão do artesanato às festas populares, da culinária ao patrimônio edificado -ou ruínas-periférico, de capelas rurais às formas de produção no campo etc., todos dentro ou fora dos perímetros urbanos).

De acordo com Pereira (2012, p. 4-5) as políticas de memória histórica, negligenciam favelas, se tratando do caso de tombamento do Casarão da Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte de Minas Gerais, em 1992, o tombamento ocorreu por conta das intervenções de moradores em defesa ao direito a cidade. Seu estudo, apresenta a resistência territorial nas favelas, que toma como ponto central, a perspectiva de moradores e do governo com relação a reivindicações de melhorias para essas áreas: “Na linguagem predominante nos relatos administrativos da municipalidade, observamos, contudo, que aquela população é subsumida no organismo amorfo que, de acordo com a interpretação do poder público, ameaça a saúde da cidade e deve ser, portanto, “*extirpado*”” (PEREIRA, 2012, p. 204). O trabalho da autora, reflete as políticas de habitação e a negligência para com áreas periféricas, e também, a importância da memória e da resistência territorial, para a inserção desse grupo no espaço urbano.

⁶ A proposta de E. Costa distingue-se da de R. Haesbaert, pois o primeiro está preocupado com as resistências culturais e patrimoniais geracionais, depositadas nas periferias urbanas latinoamericanas, frente ao que o autor denomina decolonialidade originária. Haesbaert está fundamentado em Agamben e sua concepção de Estado de Exceção, para pensar formas de violência e território; Costa se fundamenta em uma epistemologia existencial. Ver Costa (2020) e Haesbaert (2014), para compreender a diferença de abordagem.

A resistência territorial se dá nas diversas formas de luta, seja pelo tombamento, pelas manifestações populares, ou pelo ato de práticas culturais, essas ações, auxiliam na visibilidade do território, o que estimula o patrimônio-territorial. “(...) é possível dar visibilidade às resistências ao processo construtivo-destrutivo das atividades econômicas modernas no continente, especialmente as que se vinculam à agricultura e à industrialização passadas” (COSTA, 2017, p. 61). O autor traz em sua reflexão, os saberes e fazeres no território, como a reprodução da vida material e da consciência, revela, que esse processo, dá sentido aos diferentes formatos de vida humana.

Sendo o patrimônio-territorial elemento de arte, cultura e vivências situadas na periferia, bem material-imaterial ainda em realização espacial no continente (sem qualquer ato de institucionalização por parte do Estado-mercado), ele se opera em singularidade (o fazer do e no lugar) diante de múltiplas particularidades (economias políticas regionais e nacionais), as quais conformam relações sociais de trabalho (COSTA, 2017, p. 59).

Com isso, justifica-se que São Sebastião conta a história de um território de resistência e patrimônios territoriais, por apresentar em sua configuração, a predominância da memória popular, presente nos símbolos das olarias, dos saraus, das poesias e de uma comunidade que parte de uma luta pelo direito à cidade.

As diferentes carências e fragilidades das áreas periféricas, são assunto de abordagem, em se tratando de turismo comunitário. Se apresenta uma visão crítica, sobre a situação que essas áreas enfrentam. O patrimônio-territorial, se torna a frente da sua resistência local, porém não revelados por um turismo de base economicista. Movimentos sociais de valorização da cultura local, ganharam mais visibilidade nos últimos anos, uma descentralização que apresenta o turismo como um fenômeno, sendo positivo em territórios de resistência, que se encontra em estado de carência e abandono, das políticas públicas e suas instituições.

1.3 O turismo comunitário fundamentado no patrimônio-territorial.

Em sua definição, turismo se dá a partir de realizações de viagens, feitas por indivíduos em lugares diferentes do seu habitual, por um período de tempo inferior a um ano. Para Moesch e Gastal (2007, p. 3), turismo é um fenômeno social, que se caracteriza por práticas histórico-sociais, possibilitando o afastamento do meio cotidiano e abrindo portas para a busca do prazer. O fenômeno também proporciona processos de estranhamento:

O turista, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e o inesperado, vivenciaria processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a reolhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas (MOESCH e GASTAL, 2007, p. 3).

Para as autoras, esse estranhamento não se relaciona com a distância de um lugar, nem com o tempo que permanecerá nele, mas também desperta um “desencadeamento” ao cidadão, que vivencia algo novo dentro da cidade em que reside, seja em um novo bairro ou em um evento comunitário, dentro de seu próprio bairro. O indivíduo passa a ter um novo olhar sobre esse lugar, e a partir daí novos sentimentos e comportamentos. Logo, segundo Moesch e Gastal (2007, p. 4), em análise, o turismo apresenta um valor simbólico em relação ao sociocultural, valor de uso afetivo:

O turismo recheado de alto valor simbólico conjuga o atributo e o atribuído; portanto, é também um processo humano que necessita de ressignificações às relações impostas pelos códigos capitalistas, que determinam não só o valor venal das mercadorias, mas também os valores impostos como bens culturais e os estilos de vida.

Com efeito, a fala das autoras sobre o fenômeno do turismo, impõe uma nova visão sobre o mesmo, uma concepção que tem como prioridade os interesses locais, buscando assim, um desenvolvimento comunitário fazendo uso da gestão participativa. Moesch e Gastal (2007, p. 4-6), também refletem sobre o turismo massivo e capitalista, que não trazem em seus princípios, a importância do desenvolvimento comunitário, esse turismo, trabalha em grandes segmentações e ultrapassam limites, impactando negativamente comunidades. Com o turismo comunitário, os habitantes desenvolvem um sentimento de pertencimento, agregando valor a seus recursos, se tornam protagonistas e decidem sobre seu próprio espaço. A esta ideia pode se agregar, o que Costa (2017, p. 67) define como ativação popular do patrimônio-territorial. Sendo aplicado aos territórios de exceção no Distrito Federal, discorre:

Tais territórios, ativado seu patrimônio-territorial, poderiam estabelecer conexão de atratividade com o Plano Piloto patrimonializado, para valorar culturalmente e gerar rendas novas à população carente que habita, por exemplo, Ceilândia (com sua feira tradicional), Candangolândia (e seu museu popular), Taguatinga (primeira cidade satélite), São Sebastião (com uma centena de olarias vinculadas à construção da nova capital) e Núcleo Bandeirante (aglomerado histórico de função comercial e de feiras).

O autor revela ainda, que essa ativação do patrimônio-territorial, dá visibilidade as regiões que fizeram parte da história da capital do Brasil, guardando elementos significativos para o turismo, destacando a importância do sentido de valor social, atribuído dos lugares. Além disso, o turismo deve ser planejado através do conceito de lugar e seus debates, tendo entre seus apontamentos, a memória, a imagem, a cultura, identidade da cidade entre outros, necessários para evitar um “preconceito epistêmico” sobre o patrimônio-territorial, em territórios de exceção, formados geralmente, por negros e indígenas, ou por simplesmente, se tratar de uma região periférica com potencial para o turismo (COSTA, 2017, p. 68).

Uma área do turismo que se relaciona muito com territórios de resistência e que se pode associar o patrimônio-territorial é o turismo de base comunitária ou turismo comunitário, em suas características, traz a população como protagonista; prevê a estabilidade da economia local, pois pode gerar emprego e renda; resgata o significado cultural e sentimento de pertencimento; incentiva a preservação de recursos naturais e culturais; estimula a revitalização e contribui para educação ambiental.

De certo, falar sobre turismo comunitário, é falar sobre a comunidade enquanto atrativo, as práticas, técnicas e habilidades existentes nela, denota o patrimônio-territorial que representa esses territórios na sua identidade sociocultural. Nessa perspectiva, a valorização do patrimônio comunitário apresenta uma nova versão de gestão e turismo. Em São Sebastião, território de resistência, locus de patrimônios territoriais, o turismo comunitário surge como uma alternativa de lazer e ressignificação do espaço territorial, podendo amenizar o sentimento de abandono existente na vida de seus habitantes.

De acordo com Sansolo, Bartholo e Bursztyn (2015, p. 31), o turismo de base comunitária expressa em sua definição uma dimensão humana e cultural, tem como objetivo encontros interculturais a fim de gerar aos visitantes aprendizados com modos de vida que não são de seu habitual. Constitui, cada vez mais na América Latina a inserção desse turismo, permitindo a descoberta de novas perspectivas do fenômeno, que se identifica hoje por suas atividades “humanas” propensas a acrescentar tanto para visitantes quanto para a população local, atitudes mais éticas e solidárias: “A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção” (SANSOLO, BARTHOLO e BURSZTYN, 2015, p. 31).

O turismo comunitário desenvolve os símbolos, presentes em hábitos culturais do inerentes ao território. As regiões menos favorecidas, assim como alguns bairros em São Sebastião, partem de uma vida de difíceis deslocamentos para chegar ao local de trabalho, escola/faculdade, ou de lazer. A implantação do turismo comunitário, pode trabalhar a favor das populações locais.

O TBC incorpora o estabelecimento de novas formas de trabalho baseadas na colaboração em prol de objetivos comuns. Isto é, coloca em prática um planejamento fundamentado em um exercício consciente de corresponsabilidade, participação local e governança compartilhada, com o objetivo de, além de dar resposta à demanda dos visitantes, conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata -se, portanto, de uma prática turística nascida da percepção das próprias comunidades de que é necessário vivenciar outra lógica de atividade turística. (BURGOS e MERTENS, 2015, p. 62).

Além disso, o turismo de base comunitária assenta-se nos princípios da Economia Solidária, apresenta-se como um forte símbolo dentro dessas comunidades, tendo como objetivo, diminuir a desigualdade, logo, é uma forma de economia colaborativa ao invés de competitiva. O que torna mais fácil o trabalho de produtores locais, pensando na troca e comercialização de serviços dentro do território.

De acordo com Singer (2001, p. 1) a interação social na sociedade capitalista está cindida em dois diferentes campos, se tratando do campo competitivo e o solidário, em que o primeiro traz as políticas econômicas e posteriormente, o solidário que traz os negócios comunitários, de família entre outros. O autor reflete também sobre a pobreza e o mercado capitalista, se tratando da carência de tudo aquilo que dá qualidade à vida, como moradia, educação e vestuário. Portanto, se tratando dessas ausências, o autor apresenta a economia solidária na vida de uma sociedade pobre, esse tipo de economia traz benefícios econômicos, mas através da solidariedade e não da competição.

Entretanto, a grande questão para que o turismo de base comunitária se desenvolva no território, é a participação cidadã, ao contrário de uma visão moderna e mercadológica. O fenômeno, agiria nesse território em prol de um desenvolvimento colaborativo, da comunidade receptora, para com políticas públicas de seu próprio local. O turismo de base comunitária pode ressignificar a vida dos sujeitos periferizados e vistos como “problema social” uma força inerente ao patrimônio-territorial, quando ativado ou reconhecido pelos locais. De acordo com

Costa (2017, p. 55) “Enquanto as políticas públicas de patrimônio operam, economicamente, em setores territoriais exclusivos e nobilitados de cidades, o patrimônio-territorial ativado pode valorar popularmente, ‘territórios de exceção’ latinos”.

No planejamento do turismo comunitário, é importante pensar nos impactos que o mesmo possa causar em uma determinada comunidade: “O turismo deve respeitar e valorizar o conhecimento e as experiências locais, buscando maximizar os benefícios para as comunidades e promover o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar” (SALVATI, 2004, p. 5). Na inserção desse turismo, é necessário que seus receptores reconheçam e defendam suas tradições, sejam elas culturais, ambientais ou sociais, e toma-se como dever do visitante, experienciar, respeitar e preservar as mesmas e o território que se localizam.

De acordo com Sampaio e Coriolano (2009, p. 8), é essencial o estudo do sentido da comunidade referente ao território, a partir de algumas questões: quem são esses grupos de pessoas, qual seu passado histórico, problemas e necessidades, costumes típicos, atividades produtivas e sobre tudo a ideia de comunidade. Compreender os elementos que singularizam esses territórios, representa encontrar respostas e possibilidades para a ressignificação e transformação do mesmo.

Essas comunidades revelam o sentido do comunitário, em suas reuniões, manifestações e resistência dentro do território, além do mais, o compartilhamento, o significado do ser da comunidade: “O território ordenado é expressão da vida operada, dos mais diversos modos, intencionalidades e ideologias” (COSTA e MOESCH, 2017, p. 2). Os autores dialogam sobre a *dádiva* (o dar, o receber e o retribuir) de Marcel Mauss, onde destacam a ideia prática da dádiva como um fato social e que está presente na totalidade de nossa sociedade, logo, o território se torna o *locus da dádiva*, núcleo da vida, de relações, da reprodução social e de sentidos existenciais.

O mapeamento do turismo comunitário existente em um determinado território, é uma forma de gerar conhecimento à própria população sobre seus potenciais culturais e políticos, a fim de desfrutar do lazer, dos meios de trocas e do trabalho e que, por fim, com esse exercício faz-se do território o patrimônio-territorial. Moesch e Gastal (2008, p. 15), trabalham o “exercício da cidadania”, destacam em suas palavras, que esse exercício não está restrito somente ao direito ao voto:

O pleno exercício da cidadania supõe direitos civis, direitos políticos (participação no poder através do direito de associação, de livre expressão e de práticas políticas), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais.

Diante disso, o turismo comunitário indica uma estratégia de comunicação social, de conservação de modos de vida, ordenado em territórios, o que pode resultar na valorização cultural e no desenvolvimento territorial a partir de resistências localizadas partindo do exercício de ser cidadão. Através do reconhecimento, mapeamento e difusão, desde dentro, do patrimônio-territorial, De acordo com Costa (2017, p. 61): “O patrimônio-territorial é utopia aos ‘territórios de exceção’ ao querer mudar uma realidade imposta a partir da solidariedade a ser recuperada ou construída cultural e espacialmente”.

Portanto, a discussão aqui apresentada, justifica, que o território de São Sebastião no Distrito Federal, exerce praticas socioculturais em sua resistência territorial, este e outros potenciais a serem mais aprofundados, se apresentam como símbolos de desenvolvimento, para o exercício do turismo comunitário na região, porém, algumas carências podem ser supridas através da ativação patrimonial desse território: “A ativação popular do patrimônio-territorial demanda, em primeiro lugar, reconhecer tais distinções, no tocante às carências e às abundâncias efetivas de cada território de exceção” (COSTA, 2017, p .66).

A partir da implementação de políticas populares, não centralizada, o uso do território e a força patrimônio-territorial, podem gerar novos significados sociais, agregando valores econômicos com a valorização de lugares simbólicos e de pertencimento. Assim, seria mais fácil, enxergar o funcionamento da cidade, contribuindo para aprofundar uma visão turística diferenciada, mais ampla e equitativa do ponto de vista da inclusão de elementos históricos, dos sujeitos desde o lugar.

2. O PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E O TURISMO COMUNITÁRIO EM SÃO SEBASTIÃO – DF

Para que a implementação do turismo, (sem perder de vista o patrimônio-territorial), seja menos impactante ou verdadeiramente favorável ao local, depende da forma de planejamento. Tal planejamento requer a identificação profunda do lugar, partindo dos interessados, os próprios residentes, que pretendem transformar o local e sua situação atual, também pela atividade turística. Para tanto, é necessário analisar e compreender, a dinâmica social do patrimônio-territorial, por meio de três processos, o estudo preliminar, seu diagnóstico e o prognóstico.

Em seu trabalho, Beni (2006, p. 9-10) se refere a identificação e descrição da ordenação geopolítica da região de estudo; listar seus recursos naturais, culturais e artificiais; identificar a existência ou não, do turismo e observar a tendência do tráfego turístico na região.

O autor também destaca a importância do diagnóstico, em que apresenta sua descrição, da seguinte forma:

Caracterizar e analisar a estrutura social, classificando-a segundo o processo de ocupação territorial, e a medida da participação da comunidade na produção de bens e serviços e nas atividades turísticas; Caracterizar e analisar a estrutura político institucional do turismo na região, nos setores público e privado, objetivando a necessária ação integrada e compartilhada; Dimensionar e analisar a infraestrutura regional urbana e de acesso para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativa, tendo em vista a abrangência territorial da área do objeto de estudo (...).

Para o autor, o planejamento turístico, deve ser efetuado através do diagnóstico, localizado no território, levando em consideração, a formação do mesmo, onde será inserida a atividade e a participação da comunidade, prevendo também, no processo de Prognóstico, os possíveis impactos que deverão ser levados em conta, ao se prognosticar as ações.

Beni (2006, p. 11), também acrescenta, que o Planejamento Regional do Turismo apresenta um conjunto de pólos de desenvolvimento, as áreas são capazes de contribuir para dinamizar o desenvolvimento econômico e social no território nacional, e, destaca ser necessário uma visão complexa do setor, para que sua ação seja integrada e eficiente.

Porém, as burocracias do estado e instituições que executam as tarefas de planejamento, complicam a obtenção de um consenso, para a determinação melhor orientada de ações e a

implementação efetiva de importantes metas e tarefas. Como destaca Kaplan (1982, p. 97-98), se tratando das formas de planejamento na América Latina:

Não se elabora uma verdadeira estratégia política para o desenvolvimento, com determinação de alternativas, ideologias mobilizadoras, formas e fases sucessivas. As implicações e consequências de um processo ininterrupto de desenvolvimento, a imagem da sociedade que dele emergiria e que se procura como projeto histórico não aparecem em qualquer parte. [...]. Os esquemas institucionais sugeridos são abstratos e formais, desvinculados do contexto global e carentes de base e operacionalidade. (KAPLAN, 1982, p.97-98).

Em consequência disso, o Estado é pouco eficaz, como indutor de desenvolvimento. A participação social, é um fator importante para a realização desse diagnóstico. A cidade de São Sebastião - DF, com inúmeros problemas urbanos, se caracteriza por um cotidiano de ausências de infraestruturas, ou na existência de infraestruturas precárias, que dificultam a inserção de atividades, ou políticas públicas de turismo.

Se tratando de turismo, políticas públicas e cidadania, Gastal e Moesch (2007, p. 49), apresentam que, nesse processo de planejamento e evolução do turismo, é crucial a voz e ações da comunidade, onde será inserido esse turismo. Além disso, o turismo é incentivo ao desenvolvimento cultural, social e econômico. Nas cidades, partindo do sentimento de pertencimento, moradores passam a valorizar seus aspectos culturais e naturais, para assim gerar emprego e renda: “Deve haver uma gestão turística que identifique, mobilize e arregimente os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças comunitárias, políticas e empresariais da região.” (GASTAL e MOESCH, 2007, p.49).

As autoras repensam as formas de turismo, e apresentam o turismo urbano ou turismo comunitário como alternativa de desenvolvimento, pensado também na qualidade de vida dos moradores, não só pelo capital: “[...] permite contrapor discursos simplistas que pedem o turismo apenas como atividade econômica, cujas questões, das simples às complexas, estariam todas restritas a boas práticas de gestão” (GASTAL e MOESCH, 2007, p.72). Assim, o pertencimento, além da economia, é indispensável na complexidade das cidades, para exercer o turismo, com características e particularidades do morador.

Dado o exposto, acredita-se que, no exercício de políticas de planejamento turísticas, em todas suas esferas, é necessária a inclusão cidadã: “O turismo passará a exigir não só políticas públicas que visem a preparar os destinos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o

exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo [...]” (GASTAL e MOESCH, 2007, p.73).

Para isso, é necessária uma metodologia direcionada à comunidade. Os planejamentos de turismo, em regiões não centralizadas, somente serão manifestados, através da ativação popular. De acordo com Costa (2017, p. 70), é importante o entendimento do lugar, partindo da realização de oficinas temáticas com seus moradores, para que se obtenha, um registro histórico e geográfico do local. É considerável também, a identificação e práticas de empreendedores locais nessas oficinas. O reconhecimento desses agentes, aqueles que fizeram/fazem parte da história, da cultura e da memória local, dá forma ao que o autor entende por sujeito-patrimônio:

A ideia de ‘sujeito-patrimônio’ remete a todos os viventes no sítio, pois são os responsáveis diretos pela manutenção do lugar e da vida. Ele representa a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento. Em situação no mundo, o sujeito-patrimônio adquire consciência sobre problemas e alternativas para a mudança radical dos seus desígnios espaciais. É capaz de reivindicar e operar, pela mobilização popular, a igualdade territorial junto aos órgãos competentes e à sociedade como um todo (COSTA, 2017, p 71).

A base da metodologia do autor, para a elaboração de “roteiros patrimoniais utópicos”, sugere três iniciativas imbricadas dadas pelo patrimônio-territorial: a universidade, a comunidade e as instituições. A utopia, definida pelo lugar ou estado ideal, de felicidade e harmonia entre os indivíduos, emerge como um método:

Nessa dimensão que define a utopia como método, a universidade reconhece o utopismo que envolve o patrimônio-territorial; a comunidade demanda, aponta e opera, na utopia pensada, o possível realizável; as instituições retêm a utopia de serem potenciais catalizadoras do ativado (popularmente) patrimônio-territorial; elas coroam a realização do novo nos territórios de exceção latinos, por meios materiais e virtuais de conexão de pessoas e lugares (COSTA, 2016, p. 4).

Assim, o autor discorre sobre detalhes de cada iniciativa, para que se obtenha o roteiro patrimonial utópico de forma eficiente. Desde a universidade, ele apresenta a importância da composição da equipe, em que seus estudos devem estar inteiramente visando os benefícios da comunidade. Também destaca, a consideração de pesquisadores da área de humanas (geografia, história, sociologia, antropologia, serviço social e pedagogia) e ciências sociais, (arquitetura e urbanismo, turismo), considera também, estratégias metodológicas, que pensem sobre as necessidades dos moradores; essa equipe deverá ter compromisso:

A equipe de pesquisa deve reconhecer o potencial transformador local do patrimônio-territorial e contribuir com: a) identificação e a divulgação daquilo que o grupo social localizado desejar assumir, para uma projeção; b) o estabelecimento de normativas internas ao grupo para se evitar concorrência entre os empreendedores locais e impedir a entrada de agentes capitalistas nas comunidades; c) a formação qualificada dos novos profissionais localizados, por meio de cursos de curta, média e longa duração (culinária, gastronomia, artesanato, acolhimento, idioma etc.). O projeto de pesquisa-extensão, então, deve ter como um de seus objetivos a formação cidadã dessa população periférica, em planos de trabalho que acompanharão toda a proposta (COSTA, 2017, p. 70).

A partir da comunidade, o autor propõe a elaboração de uma cartografia, com a capacidade de dar sentido aos elementos que compõem a história, a cultura e a memória dos moradores que habitam esse local. Essa catalogação, é capaz de localizar a existência de materialidades, como feiras, eventos, arquitetura, praças, entre outros, que partem do protagonismo de seus habitantes, e dá sentido à ativação do patrimônio-territorial, que somente será efetiva, com o reconhecimento do grupo: “A ativação só se realiza na ação concreta de sujeitos conscientes; a ativação permanecerá enquanto esse patrimônio for vivo dentro e fora desses sujeitos, daí o protagonismo da comunidade na ativação do patrimônio-territorial latino-americano” (COSTA, 2017, p 71).

Em sua terceira esfera de iniciativa, as instituições, se caracterizam nas ações de parcerias, na promoção, realização e preservação do lugar, dada por prefeituras, secretarias de planejamento; museus, centros culturais, institutos de preservação patrimonial, entre outros. O autor destaca que, se o interesse da comunidade ou do grupo social for a ativação do patrimônio-territorial do ponto de vista atrativo turístico, essa ativação popular depende de políticas de instituições pública: “Logo, a demanda popular deve ser efetiva, convicta, operacional, mas apoiada” (COSTA, 2017, p. 72).

O patrimônio-territorial em São Sebastião, vem de sua resistência local. Partindo da metodologia do autor, dada pela ativação popular, o turismo comunitário aparece como consequência, e assim desenvolve as camadas sociais, culturais e econômicas presentes no patrimônio-territorial.

Levando-se em consideração os aspectos apresentados, é inevitável falar sobre turismo, sem reconhecer a memória do local e suas políticas inerentes ou não. Para isso, aprofundaremos a reflexão destacando aspectos da memória, das políticas e práticas culturais na cidade de São Sebastião no Distrito Federal, existentes desde sua perspectiva como patrimônio-territorial.

2.1 As políticas públicas de turismo no DF e a relação com a memória da cidade

Cogita-se, com muita frequência, a respeito das atividades turísticas e seus impactos socioambientais e urbanísticos. Em Brasília, a zona central se apresenta em suas formas arquitetônicas e de grande valor para o turismo cultural, de negócios e eventos. Porém, as Regiões Administrativas que caracterizam, igualmente, boa parte da história do Distrito Federal, com elementos culturais, fica fora dos cartões postais, servidos como souvenir aos turistas. Tal aspecto de segregação é determinado e determina a segregação exposta na falta de serviços dessas cidades.

Tendo em vista que Brasília é reconhecida, como Patrimônio Mundial pela UNESCO (1987), o restante do território do DF é "descartado", mesmo apresentando valores culturais que podem ser referenciados enquanto patrimônio-territorial. Por outro lado, nessas cidades, a memória se torna instrumento de construção e compartilhamento de experiências, bem como de resistência ao esquecimento institucional.

Segundo Sousa (2015, p.53), o primeiro plano de turismo de Brasília foi criado treze anos após a inauguração da capital, o qual tinha como objetivo geral, aumentar a quantidade de atrações na cidade, para que o turista pudesse permanecer mais tempo na cidade. No ano de 2010, o Distrito Federal foi repensado como uma região turística, após a criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Portanto, para se ter uma ideia da regionalização do espaço conhecido como “região turística de Brasília”, deve-se levar em conta que não se trata somente dos atrativos da Esplanada dos Ministérios ou a Ponte Juscelino Kubitschek, mas também a Feira da Ceilândia ou a Cachoeira do Tororó, em ~~São Sebastião~~ Santa Maria, além de inúmeros atrativos nos municípios mais próximos da RIDE, como Cidade Ocidental – que abriga uma comunidade de resquícios quilombolas – e Santo Antônio do Descoberto – que abriga a denominada “Cidade Eclética” um lugar místico onde seus habitantes acreditam que o solo do local é sagrado e abençoado por divindades. (SOUSA, 2015, p. 54).

O autor relata que não há muitos registros sobre as políticas públicas de turismo no DF até os anos de 1970. Apesar dos setores hoteleiros, restaurantes e clubes esportivos planejados por Lucio Costa (1991, p. 20), o turismo relacionado à cidade “Futurística e Moderna” estava somente atribuído ao conhecimento da mesma, porém, parte desse conhecimento estava na história candanga, localizada nas chamadas cidades-satélites, onde não havia estímulo ao turismo, na época.

Em 1973, houve a criação do “I Plano de Turismo” do Distrito Federal, organizado pela Codeplan (Companhia de Planejamento), Detur (Departamento de Turismo) junto também, à criação da EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo). Com isso foi estabelecido um roteiro de atrativos no Distrito Federal, se estendendo também para o estado de Goiás (Salto do Itiquira, Formosa, Chapada dos Veadeiros, Pirenópolis e Goiás Velho).

Porém, não houve diálogo profícuo entre as prefeituras dos municípios estado goiano e o Governo do Distrito Federal, as cidades não continham infraestrutura turística e mesmo sendo de interesse do turista conhecê-las, esses interesses não são passados às instituições responsáveis, e por fim, os atrativos eram concentrados somente no Plano Piloto, mesmo que as RA's e as cidades do Goiás já estivessem inseridas no programa de regionalização do turismo (SOUSA, 2015, p. 55).

Essa descentralização, de fato ocorreu, porém, as políticas públicas de turismo no Distrito Federal demoraram cerca de seis anos para sua efetividade, de acordo com Sousa (2015, p. 79):

Mesmo na atualidade, com o conhecimento oficial de que os potenciais e os atrativos estão em um contexto mais amplo, fora dos limites da área planejada, do ponto de vista do turismo, mesmo após a implementação do Programa, o Governo do Distrito Federal e as políticas públicas não se concretizaram fielmente conforme orientado pelo programa, forçando a lógica do capital, com extirpação da população, ainda, de certo fato, existir.

O autor destaca que no governo, na ampliação do plano, e na lei de turismo local, há evidências de que, na prática, a governança teve uma mudança de orientação, mas não com vistas a total participação da população. E que o planejamento desse turismo ocorreu de forma a sobrepor aos interesses dos moradores, dos movimentos sociais, um turismo relacionado somente a interesses do grande capital.

Após a criação de diversos planos de turismo, em sua maioria, após seu planejamento, não há clareza nas ações, não são inseridos dados que se tratam das estratégias aplicadas. Assim como no último Plano Nacional de Turismo⁷ 2018-2022, o plano é específico em se tratar dos problemas existentes em algumas atrações do Distrito Federal, mas é possível perceber, que alguns atrativos dentro da zona central se encontram abandonados, com poucos recursos

⁷ PLANO NACIONAL DE TURISMO: Mais Emprego e Renda para o Brasil. 7. ed. Distrito Federal: Ministério do Turismo, 2018.

aplicados a área, por essa razão, as ações vistas aqui desconsideram o sentido concreto de memória social.

Na obra de Halbwachs (2013, p. 72), a memória individual toma origem a partir de uma memória coletiva, em que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo específico. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós mesmos, são, na verdade, inspiradas por um grupo.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Halbwachs (2013, p. 91), nos conta que as lembranças podem ser reconstruídas a partir desta vivência em grupo, destaca que podemos criar representações do passado visando a percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com o autor é uma imagem engarrafada em outras imagens. O autor trata do reencontro com o passado e referências de lembranças antigas, em que diz que essas lembranças, estão ligadas aos conjuntos de nossas percepções do presente. Para o autor a memória está relacionada tanto com o individual como para o coletivo.

A lembrança que temos pode ser algo individual e coletivo ao mesmo tempo, pode estar ligado aos outros de forma diferente, pois estão relacionadas aos mesmos eventos. Em sua reflexão, explica que os fatos passados assumem total importância em que acreditamos revivê-los com mais intensidade, pois não estaremos mais a sós ao rerepresentar tais lembranças. O autor usa exemplos de suas vivências, para facilitar o entendimento em que conclui que apenas em nosso pensamento temos lembranças individuais, pois estamos o tempo todo criando laços com o outro e assim a lembrança se torna coletiva.

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Ao relacionar a cidade como lugar de memória, Abreu (1998, p. 84) acredita haver um momento de mudança para a sociedade e destaca a importância do entendimento dos lugares:

A memória coletiva está sempre se redefinindo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer, que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isto acontece, e não se quer perder uma lembrança, que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em memória histórica.

O cotidiano de vivências na cidade, dá início a inúmeras memórias coletivas, que podem ser desiguais, mas que causam um ponto comum a essa mesma cidade. “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências, que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (ABREU, 1998, p. 86).

Abreu (1998, p 87-88) destaca também, a importância dos “registros permanentes” da memória do grupo que as produziram. Se tratando de “memória e história”, apresenta que a primeira se relaciona com o que se quer lembrar, e a segunda com o fato, por essa razão, a importância de seus registros. De acordo com a recuperação da memória, Abreu (1998, p 91), apresenta dois passos significativos, reconhecer que cada lugar vem de processos sociais e também reconhecer onde esse processo se deu.

Assim, a busca da memória coletiva que se apresenta na cidade de São Sebastião, divide histórias distintas de acordo com seus modos de ocupação e utilização do território. São Sebastião tem um histórico de apropriações de terras, e em cada bairro se concentra uma tradição, uma lembrança, uma recordação do que simboliza a cidade e mesmo o Distrito Federal.

O cotidiano de moradores da cidade está ligado a ciclos de difíceis deslocamentos e transtornos. Se tratando do acesso a infraestrutura local, e em alguns bairros, a distância de paradas de ônibus, ruas sem asfalto e a falta de iluminação, são o que limitam suas possibilidades de conhecer e participar da memória da cidade e mesmo do desenvolvimento do turismo. O acesso à cultura, através da memória coletiva, é um meio de amenizar o sentimento de abandono que é existente nessa RA e ampliar o sentimento de pertencimento ao lugar. Para isso, é necessário visualizar o patrimônio-territorial identificado nas práticas culturais existentes na cidade de São Sebastião. Ou seja, apesar da negligência das políticas públicas de turismo para essa RA, é possível pensar em alternativas vinculadas à cultura local e à força do território.

2.2 Práticas culturais existentes na cidade: o patrimônio-territorial

Somente quem está presente no território de vivências da cidade, sabe de seu funcionamento e suas necessidades. São Sebastião vem de um cenário de luta desde sua configuração, e para que essa luta seja menos árdua uma alternativa é o acesso ao lazer, em que a própria comunidade se torne protagonista das decisões e das ações. De acordo com Jacobs (2000, p. 15), os problemas de uma cidade ou bairro, devem ser diagnosticados partindo de um planejamento participativo.

A autora se refere ao planejamento estatal como monopolista e centralizado, destaca a importância do “contato” necessário para as “cidades vivas”. Tal contato está relacionado a presença de crianças, barulhos de brincadeiras nas ruas, o trabalho artístico local, a culinária e a liderança nas ações populares (JACOBS, 2000, p. 18).

A autora leva um olhar sensível para comunidades (cortiços ou periferias) e apresenta que assim devem ser tratados, com sensibilidade. Antes de tratar de algo físico e concreto, se lida com pessoas. Para uma reurbanização é necessário o total entendimento do local, o que entra a análise das funções da cidade, a memória e importância que tem para o morador. As cidades passam a não ser funcionais por não atenderem de forma eficaz sua comunidade. Se tratando dos problemas dos cortiços, destaca: “Para solucionar o problema dos cortiços, precisamos encarar seus habitantes como pessoas capazes de compreender seus interesses pessoais e lidar com eles, o que certamente são” (JACOBS, 2000, p. 186).

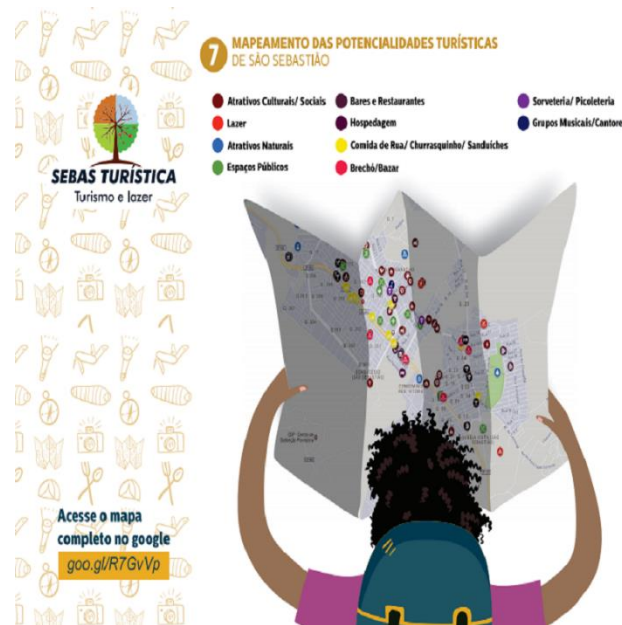
O que caracteriza que o surgimento de cidades como São Sebastião, sua história e o possível desenvolvimento a partir do turismo, dependem da relação entre valorização da cultura e do pertencimento, na participação que o morador deve possuir com as atividades geradoras do funcionamento da cidade.

O “Sebas Turística” foi um projeto desenvolvido por Dias⁸ com o envolvimento e participação de agentes locais em São Sebastião apresentado na Figura 1, com a intenção de trazer benefícios a comunidade como um todo. Através de suas atividades com movimentos artísticos, na realização de documentários sobre lazer, eventos com músicos e fotógrafos locais e em atividades que relacionam os aspectos históricos da cidade, como as trilhas culturais e

⁸ Aline Dias é moradora de São Sebastião, formada em Bacharel em Turismo pelo Centro de Excelência em Turismo na Universidade de Brasília.

naturais valorizam e destacam o patrimônio-territorial a partir da memória e participação dos próprios moradores.

Figura 1 – Mapeamento das Potencialidades Turísticas



Fonte: Facebook Sebas Turística

De acordo com DIAS (2017, p. 25):

São Sebastião é uma cidade que pulsa em relação às lutas e reivindicações populares, com quase 40 instituições culturais e sociais, segundo o mapeamento realizado pelo Sebas Turística. Isto evidencia o histórico de ações dos pioneiros no passado ao proporcionar um engajamento em lutas sociais. (DIAS, 2017, p. 25).

Entre esses elementos, se encontra as Olarias, patrimônio material-imaterial de São Sebastião (um concreto patrimônio-territorial), como já destacado aqui, foram responsáveis pela a fabricação de materiais que construíram a capital do Brasil. Uma das mais antigas e mais conhecida, é a Olaria Vereda, que ainda se encontra em funcionamento na confecção de tijolos. Os responsáveis pela construção dessa história são o Seu Antônio Soares Ferreira (visto na Figura 2) e a Dona Leontina Caldeira Soares. A Olaria Vereda fica localizada próximo a papuda em São Sebastião, de acordo com o Mapeamento de Potencialidades Turísticas⁹.

Figura 2 – Olaria Vereda - Seu Antônio Soares Ferreira

⁹ Acesso ao mapa: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1AVsg4KSjneF3iG2sgyBOW8qRCIq&ll=-15.901592559752778%2C-47.76834812905269&z=14&fbclid=IwAR2S7r-TOR_APtqFCp_299NSE3uLePjsyfQ6YP6LOWPRhllPKrKYA5Ki9DE



Fonte: Sebas Turística¹⁰

Outro elemento que também fez parte da construção de Brasília, é a Olaria Cerâmica Nacional, localizada próximo ao bairro Vila do Boa em São Sebastião, considerado patrimônio material responsável pela construção dos hospitais de Base e HRAN. Além disso, a Olaria Cerâmica Arte, que se encontra no centro da cidade, também teve grande importância no início em que se configurava a Agrovila São Sebastião.

O que se relaciona à prática de cidadania que se caracteriza na identidade cultural e se dá na luta por aceitação de minorias e diferenças, como reflete Gastal e Moesch (2007, p. 35):

O ideário da cidadania como busca do respeito à igualdade passou a ser posto em questão com os movimentos sociais da década de 1960, quando as minorias étnicas, culturais e de gênero impuseram-se sobre um discurso de respeito as diferenças, a exigir políticas que considerassem e consagrassem não a igualdade, mas as diferenças.

Como apresentado anteriormente, as políticas de turismo negligenciaram a diversidade de atrações culturais existentes no Distrito Federal, essas políticas geralmente pensadas somente pelo interesse do capital, geram impactos pelo mundo. Mas essas diferenças, em sua maioria, apresentadas em territórios de exceção, justifica o direito à diversidade onde se relaciona o exercício de identidades culturais. Segundo Gastal e Moesch (2007, p. 41). As políticas de turismo ainda irão depender do capital, mas por outro lado, podem ser pensadas partindo de projetos que ocorrem nessas localidades

¹⁰ Link de acesso: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1AVsg4KSjneF3iG2sgyBOW8qRCIg&ll=-15.894661099999984%2C-47.7691984&z=14&fbclid=IwAR2S7r-TOR_APtqFCp_299NSE3uLePisyfQ6YP6LOWPRhllPKrKYA5Kt9DE

A cultura também se expressa em casas e eventos que ocorrem na cidade. Uma das casas culturais mais conhecidas pela população, é a Casa Popular de Cultura de Rua Frida Kahlo apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Casa Frida Kahlo



Fonte: Jornal Metrôpoles, abril de 2018.

De acordo com a reportagem feita pela Metrôpoles¹¹ em 2018, a casa foi criada no ano de 2014, no bairro do Bosque em São Sebastião, por Hellen Boaventura com o intuito de acolher e dar espaço a mulheres da periferia, aberta também a criações de arte, lazer entre outros.

Algumas escolas são vistas como casas de apoio em São Sebastião, a Casa de Paulo Freire é lugar de alfabetização de jovens e adultos da região, onde também ocorrem debates relacionados a construção de cidadania. Outra escola que entra nessa definição, é o Centro Educacional São Francisco, mais conhecido como “Chicão”, a escola participa do programa de Educação em Tempo Integral do Governo do Distrito Federal, com projetos de teatro, dança, circo e tecnologia. De acordo com o site do SIMPRO DF¹² também criou o projeto Festival Chica de Ouro em 2014 (Figura 4), o projeto conta com a criação de curta-metragem produzidos

¹¹ METRÓPOLES. **Mulheres de São Sebastião criam rede de apoio a vítimas de violência**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mulheres-de-sao-sebastiao-criam-rede-de-apoio-a-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 25 jun. 2020.

¹² SIMPRO DF. **FESTIVAL CHICA DE OURO CHEGA À SUA 4ª EDIÇÃO**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/festival-chica-de-ouro-chega-a-sua-4a-edicao/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

pelos próprios estudantes ao longo do semestre, com diversos temas. O encerramento e a premiação final do festival, são realizados em uma mostra cinematográfica, com a presença de estudantes, professores, diretores e convidados.

Figura 4 – Festival Chica de Ouro 2019



Fonte: Facebook Professora Priscilla Sena, dezembro de 2017.

Esses lugares de acolhimento provam a importância do acesso ao lazer. O turismo comunitário parte da valorização local, do morador com o patrimônio-territorial. Gastal e Moesch (2007, p. 49), afirmam que o planejamento do turismo na comunidade deverá seguir uma gestão que identifique e mobilize os atores sociais e suas lideranças. Além das casas e escolas de apoio, os eventos que ocorrem na cidade também fazem parte dessa liderança comunitária.

Na cidade ocorre alguns eventos que são símbolos de pertencimento, o projeto Domingo no Parque (Figura 5) é um evento que ocorre desde o ano de 2010, no Parque Ambiental do Bosque, em São Sebastião.

Figura 5 – Domingo no Parque



Fonte: Facebook Domingo no Parque, julho de 2017.

O nome se deu por acontecer somente em um domingo de cada mês no parque ambiental do Bairro do Bosque em São Sebastião. O projeto foi formado por moradores de São Sebastião ligado a “Supernova” (Coletivo Cultural da cidade). Em entrevista com Isac Mendes, coordenador geral do projeto, junto a Agência Brasília¹³, o coletivo Supernova chama a atenção da comunidade e do poder público para a importância da revitalização e preservação do Parque Distrital de São Sebastião: “Foi uma luta árdua. Ninguém tinha coragem de passar aqui durante a noite. O Parque tinha uma fama muito ruim, a incidência de crimes era alta”.

De acordo com o coordenador, o parque voltou a ser frequentado pela população local como um ponto de lazer e de pertencimento. A iluminação pública instalada no segundo semestre do ano passado, foi uma das vitórias conquistadas através do projeto.

Outro evento recentemente criado no Parque do Bosque, é o Sarau das Sebastianas, tendo sua primeira edição realizada em setembro de 2019. De acordo com Jornal de Brasília¹⁴ o evento foi criado por mulheres de São Sebastião e de outras regiões do Distrito Federal.

¹³ AGÊNCIA BRASÍLIA. **Domingo no Parque, em São Sebastião, comemora 7 anos**. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/07/15/domingo-no-parque-em-sao-sebastiao-comemora-7-anos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

¹⁴ JORNAL DE BRASÍLIA. **Sarau das Sebastianas: mulheres ocupam Parque do Bosque**. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/clica-brasil/brasilia/eventos/sarau-das-sebastianas-mulheres-ocupam-parque-do-bosque/>. Acesso em: 25 jun. 2020.



Fonte: Pátria Voluntária Acervo Coletivo MOB, abril de 2019

De acordo com o site da Pátria Voluntária¹⁵, a praça foi revitalizada em abril de 2019 pelo coletivo Movimento e Ocupe o seu Bairro (MOB), o movimento buscou parcerias com moradores da Cidade e de regiões próximas, a praça fica localizada no bairro Vila Nova, é frequentemente utilizada pela população tanto para eventos culturais, como local de trabalho e passagem de moradores e visitantes. Além disso esses eventos costumam promover e dar visibilidade aos diversos artistas locais, que chegam no local e apresentam seu trabalho, seja na culinária, roupas, artesanatos, etc. O que nos recorda do estudo de Gastal e Moesch (2007, p. 11), sobre o incentivo de vivências na própria cidade através do turismo comunitário e suas práticas de cidadania, uma nova forma de desfrutar do lazer. O patrimônio – territorial, resultante destas práticas, acentua o valor da cidade, tanto para moradores como para visitantes. Costa (2016, p. 8) acredita que o utopismo do patrimônio – territorial se concretiza partindo do reconhecimento popular dentro da cidade, por meio de iniciativas sociais locais, organizativas, administrativas e universitárias.

De acordo com o Mapeamento do Sebas Turística, alguns outros pontos, também são lugares de união da comunidade da cidade, a batalha do SK8 Park, realizada no Skate Parque da Quadra Nove de São Sebastião, é também um movimento cultural realizado todas as terças feiras, no improviso e batalhas de rimas; a casa da cultura Canto do Beija-flor, localizada no bairro do Setor Tradicional em São Sebastião, local de arte, busca destacar excelência humana e a consciência crítica; a brinquedoteca Ludocriarte, próximo ao centro da cidade, trabalha na

¹⁵ PÁTRIA VOLUNTÁRIA. **Voluntários realizam mutirão e revitalizam praça em São Sebastião, no DF.** Disponível em: <https://patriavoluntaria.org/pt-BR/pages/3140a9f3-b944-486a-9268-eafe5a6e3c7a>. Acesso em: 25 jun. 2020.

educação de crianças, adolescentes, e seus familiares por meio da linguagem lúdica, artística e cultural; o Instituto Amigos da Solidariedade, projeto social de lazer e cultura para crianças e adolescentes próximo à rua da ponte, entre outros diversos projetos de apoio e desenvolvimento da comunidade.

Todos esses elementos potenciais, apresentados no Mapeamento de Potencialidades Turísticas, provam que a cidade é feita de memórias que se criam e recriam, dia após dia, no reconhecimento de novos artistas, da apreciação e sentimento de pertencimento na atuação de eventos locais. Não raro, toma-se conhecimento da importância da comunidade e de seus movimentos, o patrimônio-territorial se apresenta na memória e está presente no cotidiano dos dias atuais dos moradores de São Sebastião.

No filme *Narradores de Javé*¹⁶, dirigido por Eliane Caffé em 2004, a história do “Vale de Javé” é um local que estava sendo ameaçado, por uma construção de uma nova Hidrelétrica, mas com isso a comunidade que vivia no local, poderia perder um grande valor histórico. Então a comunidade se movimentou para escrever sobre suas histórias vivenciadas no local, para que, assim, o Vale pudesse ser tombado. Porém, em sua maioria, eram analfabetos, decidiram então, convocar um escritor que, por fim, não deu voz a comunidade, e não impediu a construção da Hidrelétrica no vale.

Em razão disso, a obra permite desenvolver um questionamento sobre o que é patrimônio, o tombamento de um local pode preservar um determinado local, dar valor a linha histórica que se desenvolveu pelo passar dos anos. Porém, muitos locais que carregam grande valor histórico, como já foi discutido (regiões administrativas do Distrito Federal), podem ser apagados ou negligenciados. A união da comunidade é um passo primordial, para que esse patrimônio-territorial não seja esquecido. As práticas culturais de São Sebastião aqui apresentadas, justifica que o patrimônio vai além do tombamento, está presente na memória daqueles que vivenciaram e conhecem a história está presente nos encontros comunitários, na ativação popular para a revitalização de uma praça e no mapeamento de atrações turísticas locais, como foi realizado por Aline Dias.

¹⁶ CANAL DO YOUTUBE: PROFESSOR MEM COSTA. *Narradores de Javé FILME*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Através da análise desse mapeamento, considera-se que o turismo está além das forças mercadológicas, como apresenta Ulhôa e Dias (2013, p. 69):

A prática do turismo, que se revela muito mais além de ser uma das engrenagens do capitalismo, promove a fuga do estresse e possibilita a busca do novo, do belo, do prazer, com a afirmação, do consumidor, do seu direito à cultura, pode, então, proporcionar ao cidadão explorar e fruir o que as cidades oferecem em termos de lazer e de cultura no tempo livre do trabalho. Como atividade cada vez mais intensa, conjugada a vários fatores de dinamismo da sociedade, pode-se, na busca de novas modalidades do tempo livre, ter o turismo presente no cotidiano, pois está nele [cotidiano] o próprio construir de nossa história, que se forma no nosso mover-se no mundo e nas relações com o mundo.

As autoras Ulhôa e Dias (2013, p. 69) refletem sobre o turismo, que por muitas vezes é exercido somente pelo capital, incapaz de compreender a beleza dos lugares e suas histórias. Se referem aos lugares do cotidiano como parte do patrimônio urbano, que está para além de sua objetividade e apresentam a cidade como uma obra coletiva e recheada de representações simbólicas.

Mas apesar da cidade de São Sebastião apresentar diversas atrações culturais, os moradores de alguns bairros da cidade ainda não conhecem ou possuem dificuldades para participar ou acessar o turismo comunitário, tais dificuldades estão ligadas a problemáticas habitacionais como a distância de pontos de ônibus, falta de iluminação, asfalto etc. A comunidade da Bela Vista e Capão Comprido, bairros mais distantes do centro da cidade de São Sebastião, expressam uma dessas resistências e essa resistência retratada em um abandono político, apesar disso, os bairros também possuem suas formas de vivências, o que será mais aprofundado posteriormente.

3. OS BAIRROS, SUAS PROBLEMÁTICAS E POTENCIAIS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO

Como já vimos, São Sebastião do Distrito Federal é uma cidade que guarda um patrimônio-territorial como expressão concreta onde habita a memória popular nas formas de trabalho, lazer e vivências. Para Costa (2017, p. 60) o sentido de patrimônio se caracteriza no patrimônio-territorial através de elementos urbanos ou rurais, modos de vida, alimentação, festas e saberes-fazer, que resultam no poder da memória de um território.

Em territórios periféricos do Distrito Federal, o patrimônio cultural (aqui tratado como patrimônio-territorial, pela preocupação singular que temos) é de grande valor para sua comunidade, mas foi ou, em alguns casos, ainda é excluído por instituições de preservação de monumentos históricos, materiais e imateriais, bem como pelas instituições promotoras do turismo.

Souza (2019, p. 11) em seu diálogo, traz a importância do passado: “Verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontrem a maneira de permitir ações simultâneas” (SOUZA, 2019 p. 11). Verificar esses resíduos acrescenta no poder da memória, o registro da história e a resignificação, são passos primordiais para territórios patrimoniais esquecidos, se tornarem elementos dinâmicos na vida de moradores de territórios periféricos. O que nos leva a história do passado e do presente, a compreensão da cidade para os moradores que residem nela e quais são suas interações com o patrimônio-territorial.

Como apresentado no capítulo anterior a esse, a cidade de São Sebastião possui diversas expressões culturais realizadas por seus moradores, essas expressões justificam o sentimento de pertencimento e a visão do território como patrimônio próprio, nesse caso, nos referimos a um patrimônio cultural que é acessível para boa e maior parte de sua cidade, mas que por outro lado, estão inacessíveis para uma população, sendo essa a dos bairros da Bela Vista e Capão Comprido em São Sebastião do Distrito Federal.

Partindo da visão de Maricato (2001, p. 46), a junção do investimento público com ações de regulação está ligada a somente uma parcela restrita da população que possuem garantia de um mercado imobiliário e capitalista, assim, para o restante e maioria sobram as opções de favelas, cortiços ou loteamentos ilegais.

Por essa razão, as moradias dessa “maioria”, estão cada vez mais distantes dos centros das cidades. A vida dos moradores da cidade de São Sebastião se caracterizam em deslocamentos diários para o centro de Brasília, não havendo escolha, a dificuldade aumenta quando nos referimos à vida de moradores dos bairros mais distantes da cidade de São Sebastião, e entre eles estão: Bela Vista e Capão Comprido.

Pela observação dos aspectos mencionados, é possível prosseguir para a análise dos bairros Bela Vista e Capão Comprido em São Sebastião, identificando suas problemáticas, limites e potenciais existentes para o desenvolvimento do turismo comunitário na região, ainda focado na proposta do patrimônio-territorial.

3.1 Os bairros: Bela Vista e Capão Comprido

De acordo com Wilhem (1976, p. 59): “Observar o que há atrás e dentro de uma paisagem urbana requer estabelecer “o objeto, o motivo e a expectativa [...] de nossas observações”. O bairro do Capão Comprido fica localizado contíguo ao bairro Bela Vista na cidade de São Sebastião do Distrito Federal.

Em análise da estrutura física do bairro do Bela Vista (figura 8), se percebe que o local, em parte, já apresenta os seguintes serviços básicos existentes: asfalto, iluminação e água. Além disso o bairro possui minimercados, padarias, quadra de esportes e parquinho.

Figura 8 – Bairro Bela Vista

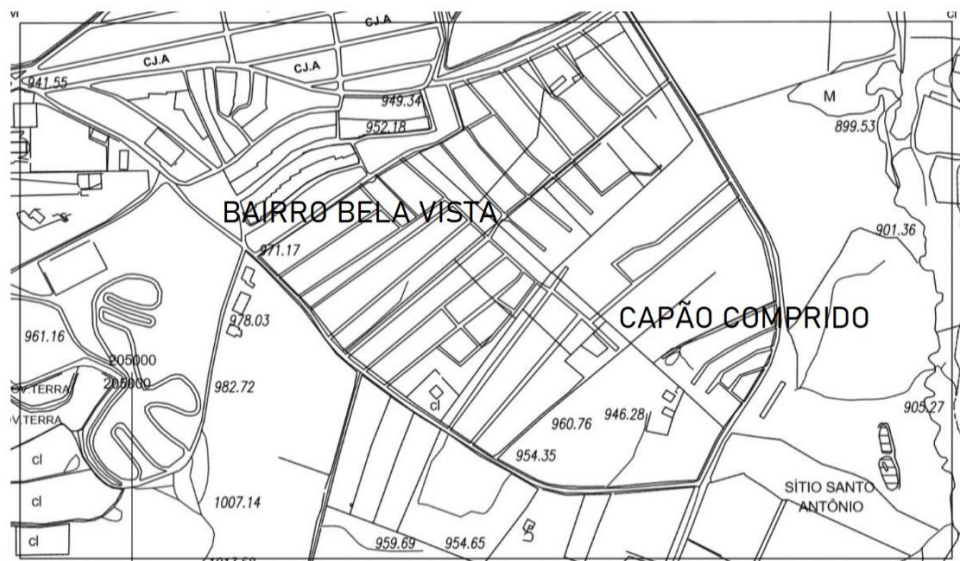


Fonte: Acervo de Ylana Rodrigues, 24 de fevereiro de 2019.

O bairro do Capão Comprido é caracterizado como local de assentamento e resistência, que durante os últimos anos vem enfrentando derrubadas no enfrentamento com o poder público. De acordo com o site da comunidade do Capão¹⁷, existem situações de vulnerabilidade e uma tensão devida a divisão entre moradias regulares e as áreas irregulares que ainda se caracterizam como de campo ou rural.

Sobre o aspecto urbanístico, esses serviços (infraestrutura, energia, água, asfalto, lazer) possuem a característica que possibilita a leitura dos bairros do Capão Comprido e da Bela Vista de forma contrastante, por apresentarem inúmeras diferenças, embora tão próximos como podemos ver na Figura 9. Entretanto, em julho de 2020 foi realizada a obra de pavimentação da pista principal que liga Capão Comprido até a Escola Classe São Bartolomeu. Por outro lado, as pistas internas seguem sem asfalto por falta da regularização fundiária, de acordo com a entrevista feita com o administrador da cidade de São Sebastião Alan Valin, dada pelo jornal Bom Dia DF¹⁸.

Figura 9 – Croqui dos Bairros: Bela Vista e Capão Comprido



Fonte: Desenvolvido por Adler Ulisses Krummenauer (Estudante de Arquitetura – RS setembro de 2020)

¹⁷ Link de acesso ao site: <<http://comunidadecapaoComprido.blogspot.com/>> Disponível em 1 de setembro de 2020.

¹⁸ Link de acesso a entrevista: <<https://www.youtube.com/watch?v=RVa6UOMXqg>> Disponível em 1 de setembro de 2020.

O uso do território do Capão Comprido, compromete a vida de seus habitantes, devido ao crescimento desordenado, a violência e problemas como a falta de saneamento básico e infraestrutura de equipamentos urbanos-rurais. O que resulta na ausência da qualidade de vida da população.

Se tratando de áreas carentes, no dia 20 de fevereiro do ano de 2019¹⁹, ocorreu uma reunião do governo distrital com a Associação dos Moradores do Capão Comprido (AMBCC)²⁰. De acordo com a pesquisa feita, foi a última reunião realizada desde então. Os setores executivo e legislativo participaram do encontro. Nas discussões, a comunidade se manifestou preocupada com a situação que se encontra no Bairro do Capão Comprido. Assim, questionaram se havia algum projeto de água e luz.

O administrador da cidade dizia estar em contato com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para fazer um levantamento das áreas passíveis de regularização que não são de proteção ambiental, proteção permanente ou do governo federal. Após isso o administrador afirmou que seriam iniciadas as instalações para fornecimento de água potável. Outro morador do bairro apresentou questionamentos sobre algum projeto relacionado ao entulho que é irregularmente deixado no local, em resposta, a administração da RA disse que estaria previsto para o ano de 2019 a instalação de três Papa-entulhos em São Sebastião – DF e que um deles estaria próximo ao Capão Comprido.

Em entrevista com o morador, presidente da associação e Líder de reuniões e movimentos comunitários no Capão Comprido, todas as respostas são negativas quando se tratam da infraestrutura local: “A comunidade não tem apoio, os moradores estão vivendo no limite. O caminhão de lixo não passa nas ruas, o que faz com que moradores descartem o lixo dentro do bairro” ” (Líder Comunitário da AMBCC, 2019).

De acordo com o morador, o acesso à cultura e ao lazer permanecem na imaginação dos adultos e crianças. A administração de São Sebastião parece esquecer que o bairro faz parte da cidade e não traz nenhum projeto que inclua a qualidade de vida dos habitantes: “O caminhão pipa que é necessidade, nunca passou nas ruas principais, isso acumula o pó e vira aquele

¹⁹ Link de acesso a reunião: <<http://www.saosebastiao.df.gov.br/2019/02/21/administracao-perto-de-voce-reune-mais-de-400-moradores-do-capao-comprido/>> Disponível em 1 de setembro de 2020.

²⁰ Link de acesso ao facebook da AMBCC:<<https://pt-br.facebook.com/ambccdf>> Disponível em 1 de setembro de 2020.

poeirão causando problemas respiratórios nos moradores” (Líder Comunitário da AMBCC, 2019).

Apesar disso, destaca que os moradores são participativos nas reuniões e seguem acreditando em dias melhores. Assim, compreende que as reuniões e eventos tornam os bairros da cidade cada vez mais vivos, gerando o sentimento de pertencimento. Porém, alguns elementos e necessidades para torna-la funcional estão em situação precária ou inexistem, o que faz com que o processo de inserção do turismo comunitário seja dificultado.

As atividades de campo realizadas numa dimensão qualitativa da pesquisa por meio da observação e conversa com moradores na comunidade do Capão Comprido e da Bela Vista, em São Sebastião DF, trouxe uma percepção importante sobre os elementos dinâmicos desse fragmento do território, que conforma a situação urbana da RA.

Afim de compreender as principais problemáticas do bairro do Capão Comprido, analisamos primeiramente a sua estrutura física. O bairro se expande a cada dia, apesar de ser possível enxergar ruas ainda sem asfalto, boa parte do bairro já apresenta iluminação.

Figura 10 – Bairro Capão Comprido



Fonte: Acervo de Ylana Rodrigues, 24 de fevereiro 2019.

As ocupações sobre os pequenos morros tornam a situação de moradia perigosa, tendo em vista deslizamentos de terra ou encostas em tempos de chuva. O bairro é formado por assentamentos e chácaras mais distantes das casas, também é composto por pequenos negócios

como bares, mercadinhos, casas de materiais de construção, entre outros. Ainda há muito lixo nas ruas e ao redor das casas.

Alguns conflitos aparecem nos dois bairros (Bela Vista e Capão Comprido) em relação à segurança, quando moradores reclamam de situações que enfrentam diariamente por conta da escuridão nas ruas, o que facilita a atuação marginal no local, e que impede o acesso ao lazer e a um possível turismo comunitário:

O bairro da bela vista é pequeno, mas ele começou que nem o capão, foi sendo resistente, aí foi crescendo, e hoje já tem asfalto, tem luz e até quadra de esportes. A gente não tem muita segurança, por causa da escuridão em algumas ruas daqui, é muito perigoso. É difícil ir trabalhar também em dia de chuva, aqui vira tudo lama, mas aos poucos vamos conquistando. (Conversa com Morador A do Capão Comprido, 2019).

Apesar disso a comunidade demonstra ter o sentimento de pertencimento, pelo território que habitam:

Eu estou aqui há muito tempo, era só mato aqui na frente, as ruas da bela vista não tinham asfalto, e meus filhos cresceram vendo tudo isso se transformar. A maior parte dos vizinhos permaneceram aqui também, é uma comunidade pequena, que se conhece. (Conversa com Morador B da Bela Vista, 2019).

Os moradores relatam que nos bairros ocorrem algumas reuniões comunitárias, onde são discutidas políticas de regularização de lotes, mas que ainda são poucas. Também ocorrem eventos em feriados, como no dia das crianças e na páscoa, porém, esse acesso ao lazer ainda é difícil:

A gente vê muita coisa acontecendo na cidade, é muito rica em cultura. Mas o nosso acesso é mais difícil, nosso lazer é ir na rua conversar com os vizinhos e deixar as crianças brincarem aqui ao lado na bela vista, que tem quadra de esporte. (Conversa com Morador C do Capão Comprido, 2019).

O crescimento urbano ocorre em detrimento do meio natural e da qualidade de vida, seja em metrópoles, em pequenas cidades, em áreas nobres ou carentes. Oliveira (2020, p. 43-54), considera que o espaço é produto do processo social e nele sucedem as relações de reprodução do capital, em que apresenta a cidade como parte integrante do espaço. Essa cidade se torna mercadoria, por essa razão, o desejo popular de “morar bem” está relacionado a morar perto dos centros urbanos.

Como já discutido anteriormente, os bairros aqui descritos (Bela Vista e Capão Comprido), estão inseridos em uma zona urbana/rural mais distante do centro da cidade de São Sebastião e, por consequência, possuem mais dificuldades se tratando da locomoção de seus residentes. Parte da população do bairro do Capão Comprido, não tem endereço formal, não conta com pavimentação ou iluminação pública nas ruas, possuem problemas com os meios de transportes e não possuem o título de propriedade de seu imóvel.

Tudo isso nos instiga à investigação dos modos de vida dessa população, que está em constante mudança. O turismo comunitário é apresentado como motivador de desenvolvimento local; partindo-se do protagonismo dos moradores dos bairros o objetivo é trazer visibilidade social para as áreas mais distantes da cidade de São Sebastião, em que seu patrimônio-territorial pode ser ativado popularmente.

O que nos refere a discussão de Moesch e Gastal (2008, p. 3-15) no “exercício da cidadania” em que a valoração do patrimônio-territorial traz o turismo comunitário como desenvolvedor das ressignificações, dado pela a vivência de algo novo, dentro ou próximo ao seu bairro.

3.2 Patrimônio-territorial: o projeto em construção, Barthô-Naïf

O estudo de Newbill (2019, p. 38), abrange a importância do patrimônio histórico e da memória, considerando áreas instituídas por órgãos governamentais. Se tratando da história da América Latina e seus processos frente a esse tema, a autora apresenta a gentrificação e a globalização partindo do turismo, como força transformadora do centro histórico da cidade de Panamá.

Refletindo sobre o bairro San Felipe, a autora argumenta que essa gentrificação resultou na expulsão dos moradores para o ingresso de uma população de alta e média renda, história de repetições quando se tratando dos processos de urbanização da América Latina.

O interesse dessa população estava ligado às atrações de centralidade (ofertas culturais), por outro lado, essa valorização do patrimônio resultou no aumento da pressão sobre moradores do bairro, o que legitimou o mecanismo de expulsão (Newbill 2019, p. 43). De acordo com a autora o turismo no local tem sido um dos meios que promovem a gentrificação. Esse processo abrange diversas situações complicadas na vida dos residentes e também controversas na memória do território.

Esse deslocamento de moradores do centro histórico de Panamá para as áreas periféricas, apresenta como resultado uma desestabilização em outras áreas da cidade:

Especialmente en las periféricas, que se expresa desde el punto de vista territorial mediante la dificultad para encontrar alternativas de vivienda viables y cercanas a los centros de trabajo, en la dimensión económica a través del aumento en los costos de transporte y en la social mediante la dificultad para adaptarse a su nuevo ambiente y un cierto duelo por la pérdida de los nexos vecinales, de pertenencia y arraigo a su barrio (NEWBILL, 2019, p. 46).

De acordo com a autora, as periferias são o ponto principal dessa desestabilização, por outro lado, nos referindo aos bairros especificados no tópico anterior, Bela Vista e Capão Comprido, vemos essa movimentação popular, porém dessa vez não decorrida do turismo, mas da ausência de políticas habitacionais aplicadas a área. Por essa razão, em sua maioria, as atrações culturais que acontecem no centro da cidade de São Sebastião não apresentam como protagonistas ou participantes os moradores do bairro da Bela Vista e Capão Comprido.

Próximo ao córrego Capão Comprido, há uma densidade populacional baixa, composta por assentamentos e acampamentos; em meio a esses terrenos urbano-rurais, existe um projeto em construção cujo nome é Barthô-Naif. Barthô se refere ao rio São Bartolomeu, e *Naif* vem da arte naif, caracterizado pelo conceito de artistas autodidatas que desenvolvem uma linguagem pessoal e original de expressão, em que não seguem moldes acadêmicos, tendências modernistas ou o conceito de arte popular. Alguns artistas famosos que desenvolveram essa arte em seus quadros foram Frida Khalo e Henri Rousseau. De acordo com o Plano Diretor:²¹

Naif é a vivacidade de suas cores. Em quase todas as obras deste gênero, é fácil perceber o jogo de cores fortes, em alternância entre si, criando uma multiplicidade de cores e formas que doam à arte Naif um toque “infantil” e “puro”, de acordo com autores como John Albert Walker (PLANO DIRETOR BARTHÔ-NAIF, 2019, p. 9).

Abaixo algumas figuras da arte Naif que se encontram no local do projeto:

Figura 11 - Arte Naif no local 1

²¹ CALIXTO, L. *et al.* **Plano Diretor Fase 1 Barthô Naif**: Arquitetura Design. 1. ed. Distrito Federal, 2019. p. 3-16.



Exemplares do acervo de arte Naïf de Odécio Rossafa.
(créditos: Lucas Calixto e Jurema Oliveira, PLANO DIRETOR, 2019, p. 9)

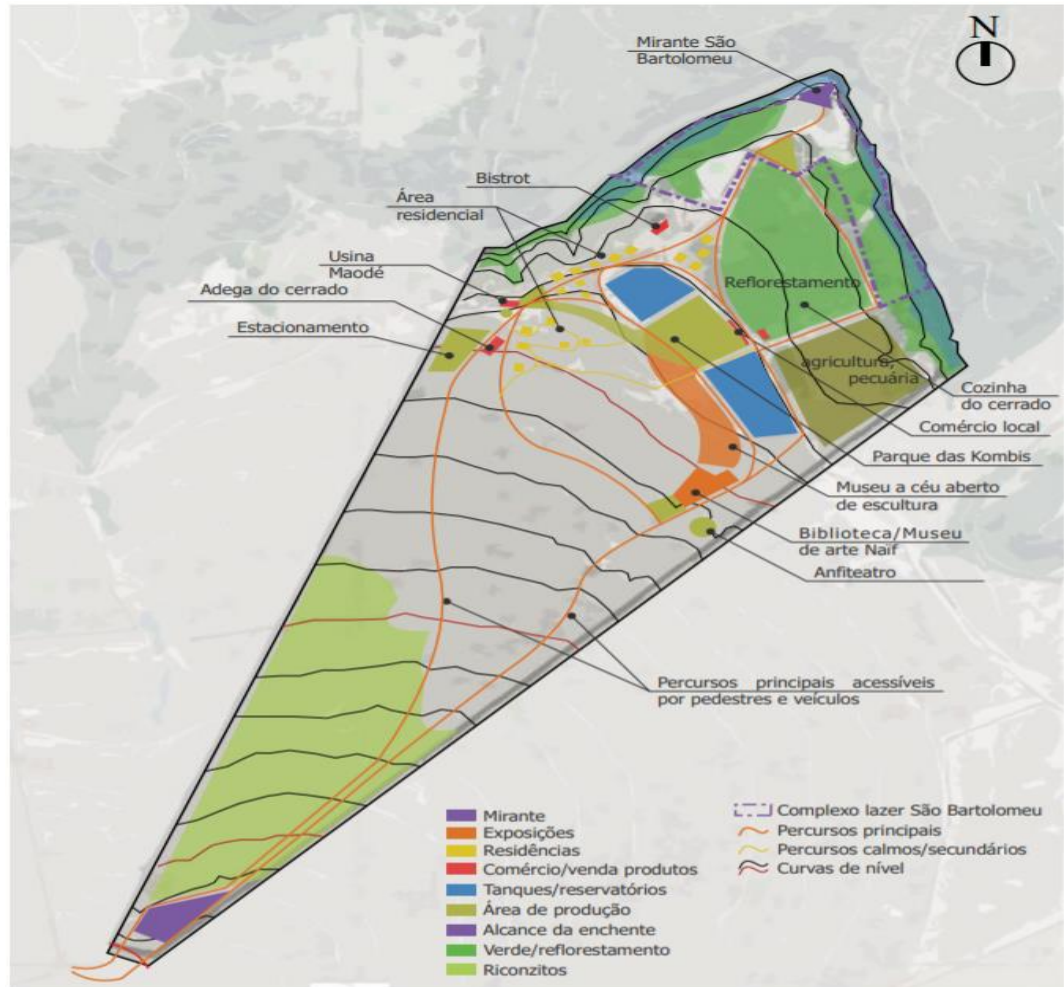
Figura 12 - Arte Naif no local 2



De cima para baixo: Bicho papão manso, criançaada sobem cima;
Lagoa que tem piranha,jacare nada de costa.
Obras do artista Orlando Fuzinelli. Acervo pessoal de Odécio Rossafa.
(créditos: Lucas Calixto e Jurema Oliveira, PLANO DIRETOR, 2019, p. 9)

O foco principal do Plano Diretor é uma planta de implantação do museu Barthô-Naïf, que será criado no local. O projeto também traz a arte Naif na arquitetura, que serão feitas com técnicas vernaculares de construção.

Figura 13 - Planta de Implantação



Plano Diretor Barthô Naif (2019, p. 16)

A planta de implantação de turismo comunitário permite que essa construção se torne uma “âncora de atração de povoamento nos terrenos ao redor”, onde também se aplicará os seguintes potenciais:

Culturalmente, observa-se que a produção de produtos típicos locais é forte. Doces (geléias, pães, bolos etc), bebidas alcoólicas (cervejas e cachaças artesanais), queijos, polpas e diversos pratos típicos tem uma presença forte na cultura regional. A compra, venda e produção destes produtos será um grande atrativo do complexo Barthô-Naif, e dará voz e representação à esta cultura (PLANO DIRETOR BARTHÔ-NAIF, 2019, p. 12)

O que nos recorda a visão de Costa (2017, p. 59) onde o patrimônio-territorial se opera em singularidade, ou seja, “o fazer do e no lugar”. Em análise de observação em campo, pode-se notar que o território que se insere o projeto é agradável ou promove uma

ambiência aprazível, contendo a plantação de várias espécies de flores e árvores do cerrado ou da região.

O agricultor e presidente da associação dos produtores da região mora perto do rio São Bartolomeu, onde está em fase de construção a planta de implantação de visitação turística. No local ele trabalha na criação de hortas, com a plantação de vários frutos do cerrado onde será adaptada uma área de gastronomia do cerrado, na qual os visitantes poderão participar e degustar dos produtos fabricados no local.

Figura 14 – Pé de algodão



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

Figura 15 – Pé de Pimenta



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

Figura 16 – Pé de feijão



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019

A área também possui muitos materiais resgatados que serão transformados em esculturas decorativas e ambientes arquitetônicos, apresentados nas figuras abaixo:

Figura 17 - Capacetes de operários de Brasília – DF



Acervo de Ylana Rodrigues, , 25 de maio de 2019.

Figura 18 – Ferragens



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

Figura 19 – Garrafas de Vidro



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

Figura 20 – Antigos rolos de filmes



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

De acordo com o Plano Diretor (2019, p. 6) no local já há rede de distribuição de energia, tanques de armazenamento de águas pluviais e caixa d'água. Com relação a isso, o projeto traz alternativas sustentáveis no uso da água e de iluminação (energia solar) e ações que se insere o uso da permancultura.

Em conversa com o morador, agricultor e presidente da associação dos produtores da região, o local é rodeado por comunidades que tem a agricultura familiar como principal fonte de renda. Há um assentamento chamado XV de agosto com um grupo de mais ou menos 30 famílias, que já estão fazendo capacitação nas oficinas que ocorrem na associação do acampamento Tiradentes, próximo a Escola Classe São Bartolomeu. Entre essas atividades existe a capacitação em informática básica para jovens e adultos, oficina de produção de pães, biscoitos, geleias e doces do cerrado, gestão em economia solidária, amor ao cerrado e geração de renda a partir de sua biodiversidade.

Figura 21 – Biscoito Porteira do Cerrado



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

O projeto apresenta o cerrado como alternativa de desenvolvimento econômico, com a possibilidade de envolver o protagonismo comunitário na inserção desse potencial ao turismo comunitário, as comunidades do Capão Comprido e da Bela Vista.

Segundo o agricultor, aos jovens e demais moradores da região há possibilidades na oportunidade de trabalho em comercialização de produtos agrícolas. Através da promoção e implantação da cozinha artesanal, isso permitirá a capacitação profissional na realização das práticas agroextrativistas do cerrado, produtivas e sustentáveis. O Agricultor também pensa na possibilidade da criação de um roteiro de turismo de educação ambiental, para as crianças e adolescentes das escolas de toda a região de São Sebastião – DF.

Figura 22 – Agricultor e Presidente da associação dos produtores da região



Acervo de Ylana Rodrigues, 25 de maio de 2019.

Segundo o agricultor, a Associação dos Produtores Rurais do Capão Comprido e regiões adjacentes de São Sebastião congregam 120 produtores rurais da Agricultura familiar criada no ano de 2004. O projeto descrito tem parcerias com a Escola Classe São Bartolomeu, que conta com a agregação e condução das atividades agrícolas e sociais do território do Capão Comprido. Trabalham junto a COOPAS – Cooperativa de Produtores agrícolas de São Sebastião, nas atividades de laticínios. Também conta com a EMATER – Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural; com a Secretaria de Agricultura, no fornecimento de equipamentos agrícolas.

Esse projeto de produção agroecológica, visa controlar a expansão imobiliária da região e assim garantir a qualidade de vida da população com os princípios da economia solidária (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 3).

O projeto também traz em seus princípios a memória afetiva, onde as futuras gerações, possam preservar o local onde vivem e o turismo comunitário como a união do urbano com o rural:

Aliar a produção agroecológica com o turismo de base comunitária é um arranjo que insere a população da cidade na vida do campo, convivendo com elementos da culinária, da produção gastronomia, da cultura, do lazer, entretenimento e com isso construindo uma vivência integrada com as famílias rurais deste território (PLANO DE TRABALHO, 2017, p. 3).

Em seu raciocínio, o agricultor também apresenta a proposta de um turismo que envolva as áreas da geografia, da história e preservação, da economia, da arte, e do próprio turismo enquanto exercício de hospitalidade e do protagonismo. Tal possibilidade em atender a cidade de São Sebastião requer que as regiões mais próximas como o Capão Comprido e a Bela Vista, sejam protagonistas desse turismo, evidenciando os valores colocados pela própria comunidade.

Tendo em vista os aspectos observados, e partindo da discussão de que o patrimônio-territorial se caracteriza nas manifestações culturais dada pela população. Torna-se visível que a resistência urbana-rural apresentada nesse território se apresenta nas lutas diárias por seu direito de trabalho, moradia e lazer. A relação dos moradores com bens materiais e imateriais, identifica que essas atividades são de extrema significância, pois

acarreta o sentimento de pertencimento na criação (cervejas, pães, geleias) ou no aprendizado e especialização (oficinas).

No projeto, o turismo comunitário aparece de diversas formas, na cozinha artesanal; na adega do cerrado; na biblioteca e museu de arte Naif; no anfiteatro e no rio São Bartolomeu, entre essas diversas atividades, o morador interage e se torna parte de uma história, aderindo para si e sua família novas formas de uso do território.

Como argumentou Costa (2017, p. 55) quando ativado o patrimônio-territorial, resulta então na valoração dos “territórios de exceção latinos”.

Esse patrimônio-territorial é também “resistência à colonialidade” onde é de grande importância a recuperação de bens em prol da comunidade (COSTA, 2016, p. 10).

Isso nos leva a considerar que as desigualdades aqui apresentadas, resultantes do processo de formação dos bairros do Capão Comprido e da Bela vista, podem ganhar outro rumo ou dimensão, visando os princípios de interação que o projeto Barthô-Naif oferece para as comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao histórico da cidade e todo o trabalho aqui apresentado, compreende-se que habitar um local sempre foi um assunto sensível a ser discutido, pois se relaciona com as necessidades humanas e políticas. A ausência dos suplementos a tais necessidades, faz com que a cidade se configure através de áreas periféricas, normalmente marginalizadas. Um problema que cresce com o aumento da população, mas que serve de estímulo a procura dos meios de se expressarem, em lutas e movimentos sociais, o seu direito à cidade. Lutas que se caracterizam nos diálogos com os poderes institucionalizados.

Essas lutas revelam que a segregação espacial, além de acentuar a distância entre a cidade “formal” e a cidade “informal” (loteamentos clandestinos, favelas, ocupações), expressa uma lógica que tenta transformar certos espaços em regiões “invisíveis”, ignorando que eles fazem parte da cidade real (MARICATO, 1997 apud MOTTA, 2011, p.11).

Com isso, é possível perceber que a luta por habitar não se limita aos serviços de água e luz, ela está ligada a outros direitos, como o deslocamento na cidade e o acesso ao lazer. Os bairros da Bela Vista e Capão Comprido estão inseridos em uma realidade diferente do restante da cidade de São Sebastião e anseiam pela busca de melhorias.

Como vimos no decorrer desse trabalho, o patrimônio-territorial de São Sebastião, partiu-se de uma resistência local dada pela ausência de serviços. Recorda-se que a visão de patrimônio-territorial apresentada por Costa (2017, p.60) nos capítulos 1 e 2, nos remete a identificação do projeto Barthô-Naïf descrito no último capítulo. O autor traz elementos como, assentamentos originados do processo urbano-rural; padrões alimentares locais ou regionais tradicionais; antigos edifícios de indústrias e sedes de fazendas; bairros periféricos urbanos e saberes-fazeres do trabalho histórico de grupos subalternizados como possibilidades de ativação de um patrimônio-territorial, passível de pertencer um turismo comunitário.

Tais elementos justificam que os bens materiais e imateriais presentes no território de São Sebastião e especificamente no projeto Barthô-Naïf, e por meio do turismo comunitário expõe a possibilidade de amenização do cotidiano dos moradores desse território.

Ao analisar os fatos, considera-se os objetivos alcançados nesse trabalho, a elaboração do histórico da cidade de São Sebastião do Distrito Federal desde a criação da capital Brasília possibilitou compreender o processo de como se formou esse território, ao que se refere ao

primeiro objetivo específico e no método de pesquisa exploratória as definições sobre o território de resistência; patrimônio territorial e o turismo comunitário.

Também se caracteriza como alcançado, o segundo e o terceiro objetivo específico. Na compreensão dos bairros e na investigação das possibilidades de um turismo comunitário. Partindo da metodologia de pesquisa qualitativa, a observação e diálogos com moradores, foram essenciais para entender melhor suas necessidades ao identificar as políticas refletidas na ausência de infraestrutura que a comunidade espera dos órgãos públicos, e assim, por consequência, comprovar a desigualdade que reside nos bairros em relação com o restante da cidade de São Sebastião e a cidade centro, Brasília no Distrito Federal. Na investigação de possibilidades do turismo comunitário existente partindo de seu patrimônio-territorial, manifesta-se como resultado o projeto Barthô-Naïf.

Assim, na aplicação de teorias e dos conceitos de patrimônio-territorial e turismo comunitário vistos aqui, se especifica que os pontos de vivências dos bairros, se reconhecem na junção de seus potenciais com a possibilidade de serem protagonistas de um grande projeto de cultura, lazer e turismo para e a partir dos habitantes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. **Sobre a Memória da Cidade**. 14. ed. UFRJ - Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Letras, 1998. p. 86-91
- ARAUJO, Mara de Fátima dos Santos. **São Sebastião-DF: do sonho à cidade real**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 7-17.
- AGÊNCIA BRASÍLIA. **Domingo no Parque, em São Sebastião, comemora 7 anos**. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/07/15/domingo-no-parque-em-sao-sebastiao-comemora-7-anos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BENI, Mário. (1999). Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo Em Análise**, (1), 9-10. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v10i1p7-17>. Acesso em 1 jun. 2020.
- BRASIL, Constituição (2001), Capítulo I – DIRETRIZES GERAIS, Art. 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BRASIL, Constituição (2017), Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Art. 10º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BORBA, Vinícios. **Fora da Ordem**. 1. ed. São Sebastião - Brasília (DF): Ed. do autor, 2015. p. 4.
- BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, Universidade de Brasília, v. 13, n. 1, p. 62, dez./2005. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/13115/PS0115_04.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.
- CALIXTO, L. *et al.* **Plano Diretor Fase 1 Barthô Naif**: Arquitetura Design. 1. ed. Distrito Federal, 2019. p. 3-16.
- CATALÃO, Igor. Reflexões acerca do centro e da centralidade urbanos em Brasília. **Revista Formação**: Especial 20 anos., UNESP, v. 2, n. 15, p. 59, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/615/629>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- COSTA, Everaldo. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina [conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis]. **Revista Geográfica Venezolana**, 62(1), aceptado para publicación, 2021.
- _____. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía, Universidade de Brasília, v. 26, n. 2, p. 59-66, fev./2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

_____. Utopismos Patrimoniais pela América Latina, Resistências à Colonialidade do Poder. **GEocrítica**: XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, p. 8-9, mai./2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Acesso em: 8 mai. 2020.

COSTA, Everaldo ; MOESCH, Marutschka. **Território**: locus da dádiva e núcleo da vida. In: Leandro Benedini Brusadin. (Org.). Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento . 1ed.Curitiba: Primas, 2017, p. 1-2.

COSTA, Everaldo; PELUSO, Marília. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. **Biblio3w**: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencia Sociales, Universidade de Barcelona, v. 21, n. 1.151, p. 3-32, fev./2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20054>. Acesso em: 21 abr. 2020.

COSTA, Everaldo; STEINKE, Valdir. Brasília Meta-síntese do Poder no Controle e Articulação do Território Nacional. **Geo Crítica**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencia Sociales, Universidade de Barcelona, v. 18, n. 44, p. 8, maio/2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Everaldo%20Batista%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. **Brasília**: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. P. 20.

DF, A. D. P. R. D. C. C. E. A. A. D. S. S. – **Plano de Trabalho**: CAMINHOS DO RIO SÃO BARTOLOMEU – PRODUÇÃO AGROECOLOGICA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. 1. ed. Distrito Federal, 2017. p. 3.

DIAS, Aline. **Trilha Turística: Memória de um Casal Pioneiro de uma Olaria Artesanal de São Sebastião na Construção de Brasília**. 2017. p. 25. (Monografia em Turismo) – Universidade de Brasília. Brasília/DF

DISTRITO FEDERAL, Constituição (1993), Capítulo I – Cria a Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, Art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8894.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

FONSECA, Maria. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-57.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka; **Turismo, cidadania e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: ALEPH, 2007. p. 3-41.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). **Atlas do Distrito Federal 2017**. 2017, Brasília/DF. p.32.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2018, Brasília/DF. p.9-10.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2016, Brasília/DF. p.14.

HALBWACHS, Maurice; **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990. p. 31-91.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, Universidade Federal Fluminense, v. 9, n. 17, p. 20-22, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 21 abr. 2020

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1. ed. São Paulo: Wmf Martinsfontes, 2000. p. 15-186.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Sarau das Sebastianas: mulheres ocupam Parque do Bosque**. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/clica-brasil/ eventos/sarau-das-sebastianas-mulheres-ocupam-parque-do-bosque/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

KAPLAN, Marcos. “Aspectos políticos do planejamento na América Latina”. IN: BROMLEY, Ray, BUSTELO, Eduardo S. (Org.), **Política X técnica no planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: UNICEF, 1982, p. 97-98

LIMA, Luana. **Lugar e memória**: O patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência. 2017. p. 88-188. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília/ DF, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p. 52.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, Legislação e Desigualdade. **SciELO**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 46, ago./2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Acesso em: 1 set. 2020.

METRÓPOLES. **Mulheres de São Sebastião criam rede de apoio a vítimas de violência**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mulheres-de-sao-sebastiao-criam-rede-de-apoio-a-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MOTTA, Luana. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS URBANOS E O DIREITO À CIDADE. **UFMG**, p. 11, 2011. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

NEWBILL, Maria. Patrimonio, territorio y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá. **PatryTer**, Universidad de Panamá, v. 2, n. 3, p. 38-46, jul./2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.9313>. Acesso em: 4 set. 2019.

OLIVEIRA, Washington. Urbanização do Território como uma convergência de interesses: O caso do Distrito Federal. **PatryTer**, v. 2, p. 43-54. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter>. Acesso em: 1 set. 2020.

PLANO NACIONAL DE TURISMO: Mais Emprego e Renda para o Brasil. 7. ed. Distrito Federal: Ministério do Turismo, 2018.

PLANALTO. **Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/restauracao/brasilia-patrimonio-cultural-da-humanidade>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PAVIANI, Aldo; PINHEIRO, Barreto; BARBOSA, Ferreira. **Brasília - Dimensões da Violência Urbana**. Universidade de Brasília: Edu-Unb, 2005. p. 67.

PEREIRA, Josemeire. **O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte**. 2012. p. 4-204. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas/ SP, 2012.

RIBEIRO, Fabiana. **A luta pelo espaço: Da segurança da posse à política de Regularização Fundiária de Interesse Social em São Paulo** p. 5-21, 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo/ SP, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método: Uma Palavrinha a mais sobre a Natureza e o Conceito de Espaço**. Edição. São Paulo: Edusp, 1985. p. 16.

SANTOS, Milton. et al. **O papel ativo da geografia: Um Manifesto**. Universidade de São Paulo. 2000. p. 10-11.

SANSOLO, Davis; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Edição. COPPE/UFRJ: Letra e Imagem, 2015. p. 31.

SALVATI, Sérgio. Turismo Responsável no Pantanal: Desenvolvendo uma visão comum para sua sustentabilidade. **SINPAN: Sustentabilidade Regional**, Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Volume, Número, p. 5, nov./2004. Disponível em: <https://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/SergioSalazar.PDF>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SAMPAIO, Carlos; CORIOLANO, Luzia. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **RPB TUR: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP, Volume, Número, p. 8, set./2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315354883_Dialogando_com_experiencias_vivenciadas_em_Marraquech_e_America_Latina_para_compreensao_do_Turismo_Comunitario_e_Solidario. Acesso em: 23 abr. 2020.

SOUSA, Diogo. **Políticas Públicas de Turismo no Distrito Federal e a Relação com o programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. 2015. p. 53-79. Tese (Monografia de Turismo) – Universidade de Brasília. Brasília/ DF

Souza, Maria. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, 2(4) 2-13. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>
Acesso em: 1 set. 2020.

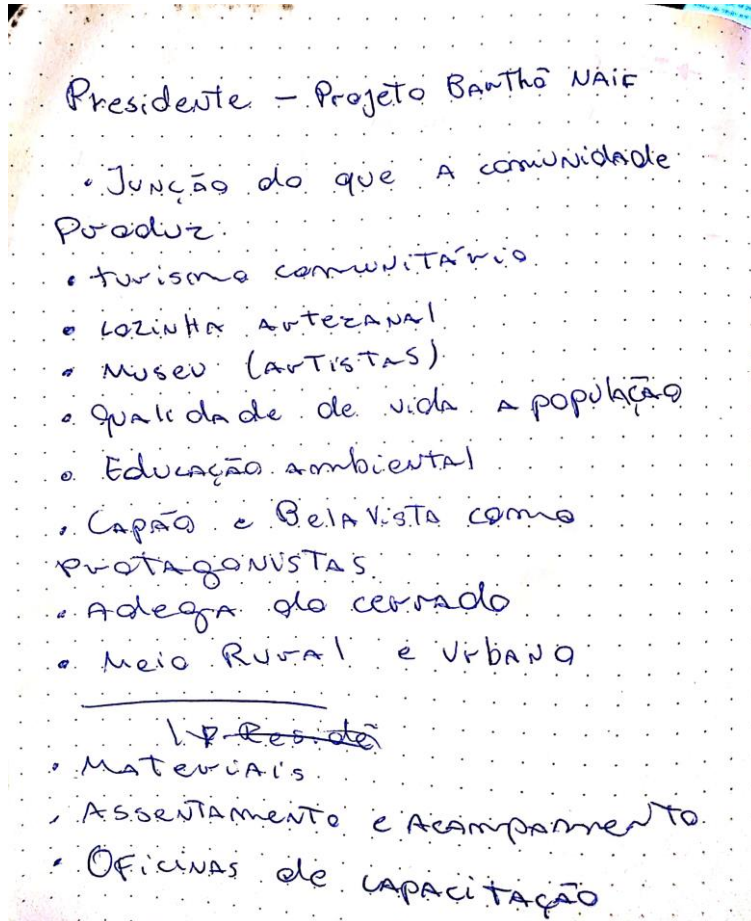
SIMPRO DF. **FESTIVAL CHICA DE OURO CHEGA À SUA 4ª EDIÇÃO** . Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/festival-chica-de-ouro-chega-a-sua-4a-edicao/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ULHÔA, Inês; DIAS, Karina. (2013). Turismo, cultura e patrimônio: Sobre os usos dos espaços da cidade. **Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo E Território**, 1(1). <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v1i1.15209>

WILHEIM, Jorge. **O Substantivo e o Adjetivo**. Universidade de São Paulo: Perspectiva S.A., 1976. p. 70.

ANEXOS

Anotações durante a pesquisa:



02/2019
Capão Comprido

MORADOR 1

O bairro é pequeno, começou como o Capão, sendo resistente, crescendo e hoje já tem asfalto, tem luz e quadra de esportes. A gente tem muita segurança, por causa da escuridão em algumas ruas da qui é muito perigoso. É difícil trabalhar também em dia de chuva, aqui vive tudo laranja aos poucos vamos conquistando.

Mamadou 2

~~02/18~~
02/2019

Estou aqui há muito tempo, era só mato aqui na frente, as ruas da Bela Vista não tinham asfalto, e meus filhos cresceram tudo isso se transformar a maior parte dos vizinhos permaneceram aqui também, uma comunidade pequena que se conhece.

Bela Vista

Morador 3

02/2019

Agente vê muita coisa acontecendo na cidade, é muito rica em cultura. Mas o nosso acesso é mais difícil, nosso lazer é ir na rua conversar com os vizinhos e deixar as crianças brincarem aqui ao lado na Belavista que tem quadra de esporte.

Líder e Morador Capão Comprido

Comunidade não tem apoio os moradores vivem no limite
Caminhão de lixo NÃO PASSA NAS RUAS e os moradores descartam o lixo dentro do bairro.

O caminhão pipa que é necessário de NUNCA PASSOU NAS RUAS PRINCIPAIS ISSO ACUMULA O PÓ E VIRA um poeirão CAUSANDO PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS NOS MORADORES.

03/2019 Observação dos Bairros:

Bela Vista:

- Asfalto (maior parte)
- Iluminação
- Quadra de esportes
- Escola / minimercados e padarias
- Parquinho
- NÃO HÁ MUITO LIXO NAS RUAS.

Lapão Comprido:

- Ocupações (morros)
- Derrubadas
- Vulnerabilidade
- Ruas sem asfalto
- Algumas sem luz
- Muito lixo